

# PÁGINA 22

INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO



NÚMERO 80  
NOVEMBRO 2013



## 8 ou 80

Como enfrentar os extremos

### **GERACIONAIS:**

A proximidade entre jovens e velhos começa pelo respeito às diferenças

### **SOCIOECONÔMICOS:**

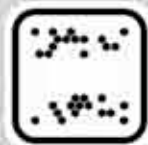
Para reduzir as desigualdades, falta investir mais no capital humano

### **AMBIENTAIS:**

A ciência mapeia uma Terra inóspita em 2100, mas ainda cabe desvio de rota

ELES GANHAM UMA  
OPORTUNIDADE.

VOCÊ, UMA  
CHANCE DE FAZER  
PARTE DISSO.



Confira o vídeo  
institucional da campanha:  
faça o download no  
phdmobi.com pelo celular,  
abra o aplicativo  
e fotografe este código.

De 4 a 22 de novembro. Participe.

Fale com seu gerente ou ligue para 4004-3535 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800-702-3535 (demais localidades).

Vanessa Kawane Rocha, uma das crianças  
apoiadas pelo Amigo de Valor em Portaleiro (RN)



### AMIGO DE VALOR 2013.

O Programa Amigo de Valor é uma iniciativa do Santander que apoia municípios e projetos focados na melhoria das condições de vida de crianças e adolescentes. Os municípios selecionados recebem uma consultoria do Santander durante 3 anos e, ao final deste ciclo, estão mais preparados para dar continuidade aos seus projetos.

Para participar, é muito fácil: basta destinar parte do seu IR devido diretamente para os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente dos municípios selecionados pelo programa. Desde 2002, mais de 43 mil crianças e adolescentes já foram beneficiados em 139 cidades brasileiras. Com seu apoio e nosso trabalho, podemos ampliar nossos esforços e oferecer melhores condições de vida para quem precisa.

Para conhecer melhor o programa e saber como participar, acesse [www.santander.com.br/amigodevalor](http://www.santander.com.br/amigodevalor).

SUA VEZ. SUA VOZ. SEU BANCO.

 **Santander**

um banco para suas ideias

[santander.com.br](http://santander.com.br)

## Da oito à oitenta

**Cientistas reunidos** no Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática preveem uma Terra profundamente alterada pela ação humana, exigindo ações de adaptação. Movimentações políticas engendram propostas para um modelo de desenvolvimento sintonizado mais com uma vida de qualidade e nem tanto com a quantidade de bens consumidos. Há uma percepção difusa de que o modelo hegemônico vigente provoca estragos no ambiente e na capacidade de recarga da Terra, sem que as necessidades e o desejo de bem-estar das pessoas sejam atendidos de forma satisfatória e mais equitativa. Só que, dessa percepção da população à tomada de ações efetivas para mudar o quadro, há uma grande caminhada. Esse relato, que soa tão atual, refere-se na verdade a uma síntese da edição 8 de PÁGINA22, publicada em maio de 2007.

Nossa redação rendeu-se à provocação de que a edição de número 80 instiga para discutir a sociedade de extremos que construímos. No intervalo de seis anos, entre as edições 8 e 80, vemos que muitas questões permanecem as mesmas – e o cenário de extremos intensificou-se –, mas nem por isso deixou de haver evolução. Por serem nada triviais, é de se esperar que as transformações levem décadas. As questões vão e voltam e, nesse movimento de avanço e retrocesso, adicionam camadas, aprofundam-se e sofisticam-se. A equipe de PÁGINA22/GVces sente-se grata por participar da consolidação desse debate civilizatório. Boa leitura!



# PÁGINA22

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
DIRETORA Maria Tereza Leme Fleury



Centro de Estudos em Sustentabilidade da EAESP

**COORDENADOR** Mario Monzoni  
**VICE-COORDENADOR** Paulo Durval Branco  
**COORDENADOR ACADÊMICO** Renato J. Orsato

**JORNALISTAS FUNDADORAS** Amália Safatle e Flavia Pardini  
**EDITORA** Amália Safatle  
**REPÓRTERES** Carol Nunes e Thaís Herrero  
**EDIÇÃO DE ARTE** Marcius Marques  
www.vendoeditorial.com.br  
**ILUSTRAÇÕES** Sírio Braz (seções)  
**REVISÃO** José Genulino Moura Ribeiro e Kátia Shimabukuro  
**COORDENADORA DE PRODUÇÃO** Bel Brunharo

**COLABORARAM NESTA EDIÇÃO**  
Alexandre Spatuzza, Aron Belinky, Arthur Fujii, Clarissa Presotti, Eduardo Shor, Fabio F. Storino, Gisele Neuls, José Alberto Gonçalves Pereira (edição e textos), Léa Tosold, Magali Cabral, Mônica C. Ribeiro, Renata Bessi, Ricardo Abramovay, Tatiane Klein

**JORNALISTA RESPONSÁVEL**  
Amália Safatle (MTb 22.790)

---

**ANUNCIE**

**COMERCIAL E PUBLICIDADE**  
Nominal Representações e Publicidade  
Mauro Machado  
mauro@nominalrp.com.br  
(11) 3063.5677

---

**REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO**  
Rua Itararé, 123 - CEP 01308-030 - São Paulo - SP  
(11) 3284-0754 / leitor@pagina22.com.br  
www.fgv.br/ces/pagina22

**CONSELHO EDITORIAL**  
Aerton Paiva, Alexandra Reschke, Ana Carla Fonseca Reis, Aron Belinky, Eduardo Rombauer, José Eli da Veiga, Mario Monzoni, Pedro Roberto Jacobi, Roberto S. Waack

---

**IMPRESSÃO** HRosa Serviços Gráficos e Editora  
**TIRAGEM DESTA EDIÇÃO:** 5.400 exemplares

Os artigos e textos de caráter opinativo assinados por colaboradores expressam a visão de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista de PÁGINA22 e do GVces.

---

**APOIO**




A REVISTA PÁGINA22 FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO, PROVENIENTE DE REFLORESTAMENTOS CERTIFICADOS PELO FSC, DE ACORDO COM RIGOROSOS PADRÕES SOCIAIS, AMBIENTAIS, ECONÔMICOS, E DE OUTRAS FONTES CONTROLADAS.

**creative commons** PÁGINA22, NAS VERSÕES IMPRESSA E DIGITAL, ADETIU À LICENÇA CREATIVE COMMONS. ASSIM, É LIVRE A REPRODUÇÃO DO CONTEÚDO – EXCETO IMAGENS – DESDE QUE SEJAM CITADOS COMO FONTES A PUBLICAÇÃO E O AUTOR.

Para receber PÁGINA22 gratuitamente, acesse [pagina22.com.br/novo\\_leitor](http://pagina22.com.br/novo_leitor)



## Caixa de entrada

Comentários de leitores recebidos por e-mail, redes sociais e no site de PÁGINA22

### INBOX

**[S.O.S. Oceanos – ed. 79]**  
Belíssima arte de capa! **Aline Igansi**  
Leitura obrigatória! **Eduardo Geraque**

**[A devastação azul – ed. 79]**  
Parabéns Karin Carlyon e família pelas aventuras na imensidão azul...  
**Fátima Braga Gonçalves**

Há poucos dias estivemos no Parque Nacional da Lagoa do Peixe, em Tavares (RS), a fotografar aves. Incrível como é possível aparecer lixo vindo do mar! Mais incrível é pensar que existem pessoas

atirando lixo por aí, como se o mundo não fosse delas. Comparo a cuspir no prato em que se come. Abraços pra família e bons ventos!  
**Renato Rizzaro**

**[De todos, mas de ninguém – ed. 79]**  
As políticas ambientais sempre encontram um contrassenso com as políticas socioeconômicas, por exemplo a proposta "Avançando na Governança do Mar Profundo", que fora rejeitada na Rio+20.

**Marly Lopes**  
**[No mesmo barco – ed.79]**

Parabéns, Henrique Pistilli... Grande exemplo e inspiração para todos nós. **Marcelo Cabelo**

**[FAO reafirma impacto devastador da produção de carne para o clima – Blog da Redação]**  
Go vegan! **Ana Clara Alves**  
Para os que acham a Friboi um frigorífico sustentável. **Érica Sena**

**[Crowdfunding para o clima – Blog De Lá Pra Cá]**  
O financiamento coletivo de projetos é uma alternativa bem interessante para quem quer apoiar outros além

do Criança Esperança!  
**Allana Bittencourt**

**[As agruras de ser menina – Blog da Redação]**  
Uma reflexão fundamental para construção de outra sociedade.  
**Arlindo Rodrigues**

**OUTBOX – ERRATA**  
No Retrato da edição 79, intitulado "No mesmo barco", o bebê que aparece na foto da página 23 é a filha da fotógrafa Luciana Whitaker, e não o filho, como foi publicado. A garota tem hoje 13 anos.

**14 ENTREVISTA** O decano Tamas Makray, que inovou desde a fundação da Promon, exalta os jovens e não dá bola a quem incensa sua experiência

**20 COMPORTAMENTO** Nunca houve um intervalo de idade tão grande na população brasileira. A convivência entre novos e velhos pode não ser tarefa fácil, mas se mostra muito enriquecedora

**26 RETRATO** As esperanças transpostas de quem vive no ambiente mais extremado do País

**32 DESIGUALDADES** Os efeitos dos programas que combatem a disparidade de renda começam a se esgotar sem que haja ações sociais consistentes de acumulação de capital humano

**38 MEIO AMBIENTE** A ciência esboça a Terra que habitaremos em 2100. O mapa está traçado, mas ainda cabe algum desvio de rota

**44 ENSAIO** Saiba como as comunidades quilombolas e seus apoiadores têm se organizado para fazer frente aos ataques a seus direitos coletivos

### Seções



CAPA: Foto: Tom Braz

- 06 Notas
- 10 Economia Verde
- 19 Web
- 25 Artigo
- 37 Análise
- 49 Coluna
- 50 Última



DIVULGAÇÃO/PETROBRAS

## [IMPACTOS]

### O outro lado do pré-sal

O esforço para promover o leilão de Libra, bloco mais importante do pré-sal, em 21 de outubro, deu um recado claro para os ambientalistas: o governo brasileiro não medirá esforços para aumentar a exploração de combustíveis fósseis. Somente nesse bloco, é prevista a produção de 8 bilhões a 12 bilhões de barris de petróleo a partir de 2020, o equivalente a toda a produção brasileira até hoje e à emissão de até 5 bilhões de toneladas de CO<sub>2</sub>.

Entretanto, o crescente investimento em energia não renovável preocupa entidades ambientalistas. Ricardo Baitelo, coordenador da Campanha de Clima e Energia do Greenpeace Brasil, argumenta que o petróleo vem sendo priorizado sem que haja um plano de transição para uma matriz energética menos dependente de combustíveis fósseis. “Diante de todos os riscos técnicos e econômicos que corremos com o pré-sal, será que vale a pena investir tudo isso só nele ou deveríamos estar diversificando o investimento em outras matrizes menos danosas para o clima?”, questiona.

Para André Nahur, coordenador de Mudanças Climáticas e Energia do WWF-Brasil, essa preferência reforça a posição do País entre os dez maiores emissores de gases estufa do mundo. Ele explica que o desmatamento atendia pela maior parte das emissões

brasileiras, mas hoje a energia lidera, com 32% das emissões. “Se a matriz energética se mantivesse limpa, a queda no desmatamento já poderia mudar o *status* do Brasil de país emissor para captador.”

De fato, o Ministério de Minas e Energia (MME) não apresenta uma estratégia específica para reduzir as emissões no setor de energia, no âmbito da Política Nacional de Mudança Climática. O Plano Decenal de Energia (*disponível em [bit.ly/17nXFpl](http://bit.ly/17nXFpl)*) prevê, até 2020, o aumento da participação de combustíveis fósseis, inclusive de carvão mineral, enquanto a geração por biomassa e eólica cresce timidamente. Já a energia solar nem sequer aparece nas previsões de contratos de energia. A reportagem procurou ouvir o MME, mas não obteve resposta.

O Greenpeace também critica a pouca definição das incumbências das empresas no Plano Nacional de Contingência, aguardado desde 2000. “Não temos claro quais as responsabilidades das empresas em caso de acidentes durante a prospecção e exploração. Ainda não temos certeza de que o Brasil vai explorar petróleo no pré-sal sem ter um altíssimo custo ambiental”, conclui Baitelo. (*Leia em [fgv.br/ces/pagina22](http://fgv.br/ces/pagina22) a íntegra da reportagem sobre as consequências ambientais da exploração de petróleo na camada pré-sal.*) – **POR CAROL NUNES**

## [FUNDO CLIMA 1]

### DECOLAGEM LENTA

Um dos principais instrumentos financeiros da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) está sofrendo com o contingenciamento orçamentário promovido pelo governo federal para cumprir metas do superávit primário (economia para pagamento de juros da dívida).

Na parcela não reembolsável do Fundo Clima, operada diretamente pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), só R\$ 761 mil haviam sido gastos até 19 de outubro, representando 2,6% da dotação inicial de R\$ 28,8 milhões, prevista para 2013.

Na porção reembolsável do Fundo Clima, administrada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o quadro também preocupa. Essa parcela do fundo, operada pelo banco, acumula R\$ 920 milhões transferidos pelo MMA, incluídos na cifra R\$ 360 milhões deste ano. Mas só dois projetos receberam dinheiro do banco até agora – ambos neste ano de 2013 –, somando R\$ 66 milhões, ou 7% da carteira total do fundo no BNDES.

Para tentar destravar o fluxo financeiro do fundo, o MMA negociou com o Ministério da Fazenda e o BNDES uma diminuição nos juros cobrados dos projetos, sacramentada pela Resolução Bacen 4.267, aprovada em 30 de setembro pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Veja em [bit.ly/16gzEQG](http://bit.ly/16gzEQG).

O fundo financia projetos de redução nas emissões de gases estufa, como os de energia solar e eólica, eficiência energética e mobilidade urbana.

– **POR JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA**

## [FUNDO CLIMA 2]

### À ESPERA DO STF

A crise do Fundo Clima possui outros tentáculos. O mais ameaçador é a supressão de sua maior fonte de ingressos, a participação especial do petróleo (PE). A Lei nº 12.734, aprovada em novembro de 2012 pelo Congresso Nacional, alterou radicalmente a distribuição dos *royalties* do petróleo em favor dos estados não produtores e eliminou o repasse de 10% da PE ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), que totalizou R\$ 1,55 bilhão no ano passado, segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP). Segundo a lei que instituiu o fundo,



JEFF BELMONT/FLOKKE

seu orçamento pode contar com até 60% da PE destinada ao MMA. Portanto, o fundo poderia ter recebido até R\$ 930 milhões da PE em 2012. O MMA, contudo, destinou somente 25% da PE ao fundo.

Por enquanto, porém, tudo continua como antes, graças à liminar concedida em março pela ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.917, impetrada pelo governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, contra artigos da Lei 12.734 relativos à redistribuição dos *royalties* do petróleo.

É uma medida transitória, que será julgada em definitivo pelo plenário do STF. Se a liminar for derrubada, o Fundo Clima sofrerá um golpe duríssimo.

Outro tentáculo do imbróglio é o contingenciamento do orçamento federal, o que levou o MMA a adiar duas vezes a

terceira das quatro reuniões do comitê gestor do Fundo Clima previstas para este ano. O ministério justificou o adiamento sob o argumento de que não há como promover a reunião – inicialmente marcada para 29 de agosto e depois transferida para 3 de outubro – sem que as novas metas orçamentárias pós-cortes estejam definidas. (**JAGP**)

## [CAUSAS]

### EM DEFESA DO BEM

O Brasil acaba de ganhar sua primeira empresa dedicada à “defesa de causas” – ou *issue advocacy*, na linguagem do ramo. Chamada “Cause”, a agência trabalhará com a mobilização da opinião pública por meio de campanhas sobre temas ligados a direitos humanos e das minorias, novos modelos de desenvolvimento e fortalecimento da democracia. Um exemplo dessas campanhas que já acontece no País é o Outubro Rosa, sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama.

“Todos os países de democracia consolidada possuem agências que regulam as defesas de causas. No Brasil, ainda não havia”, diz Leandro Machado, um dos fundadores da empresa precursora. Ao seu lado está Rodolfo Guttilla, com quem trabalhou na Natura na área Assuntos Corporativos e Relações Governamentais.

A Cause operará com quatro etapas: a primeira é o estudo profundo sobre a causa do cliente a ser promovida, por meio de



WILSON SPINARDI JR.

**Os sócios Rodolfo Guttilla e Leandro Machado: mobilização da opinião pública**

pesquisas de opinião, levantamento de histórico e dados. Em seguida, a agência identifica os atores envolvidos na causa que seriam alvos potenciais da campanha. No caso de uma ação pelo direito das crianças, por exemplo, seriam os pais, educadores, a mídia especializada e até mesmo o Ministério da Educação. Em seguida, a agência define a campanha com linguagem e formato que sensibilizarão mais facilmente os atores.

Podem ser vídeos na internet, texto, *releases* para a imprensa, entre outros recursos.

Tudo isso pode culminar em uma estratégia para mudar a legislação. Em função dessa etapa, a atividade de “defesa de causas” é confundida com *lobby*. “Mas o *lobby* é só uma das possibilidades de atuação. O *issue advocacy* lida com a comunicação e a conscientização. E isso pode culminar na mudança da lei”, explica Machado.

Alguns temas já têm sua lei definida, mas ainda não estão inseridos na opinião pública e, por isso, falta engajamento. Um exemplo, segundo Machado, é a Política Nacional dos Resíduos Sólidos.

Em andamento, a dupla adianta que estão em campanhas pela educação de qualidade, direito das crianças, biodiversidade e empreendedorismo de vanguarda. – **POR THAÍS HERRERO**

## OLHA ISSO!

POR FABIO F. STORINO\*

### O ROBÔ QUE NÃO ME AMAVA

O sargento Talon trabalhava no Laboratório Nacional de Los Alamos desarmando minas terrestres. E a maneira mais efetiva de desarmá-las era pisando nelas. Cada vez que encontrava alguma, ele perdia um membro do corpo em decorrência da explosão. Ao vê-lo se arrastando pelo chão com seu derradeiro membro, o coronel que supervisionava ordenou que o exercício fosse interrompido. Assistir àquela cena foi emocionalmente demais para ele – era desumano, argumentou. Seria fácil concordar com o coronel, não fosse por um detalhe: o sargento Talon é um robô.

A conexão emocional que temos com seres inanimados não começou com os robôs, apesar de ter se intensificado – e muito – com eles. Damos nomes a barcos, geralmente femininos; alguns dão nomes a carros e os tratam melhor do que a muitos humanos. E quem não simpatizou com a bola de vôlei Wilson, que no filme *Náufrago* se tornou amiga e confidente do personagem de Tom Hanks?

O sargento Talon foi promovido e também condecorado (três medalhas *purple heart*), o que também é comum no campo de batalha. Muitos robôs salvam vidas de soldados e, quando sofrem danos irreparáveis, recebem funeral, com direito a salva de tiros. Dado o modo como nós, humanos, interagimos com os robôs, Cynthia Breazeal, professora e diretora do Personal Robots Group do Massachusetts Institute of Technology (MIT), chama a robótica de “tecnologia social” (ver seu *TEDtalk* em [goo.gl/8fmJ8](http://goo.gl/8fmJ8)).

Somos biologicamente programados para reconhecer traços de “vida”, mesmo onde ela não existe. A *pareidolia* é um fenômeno que envolve o reconhecimento de formas vivas, como animais em nuvens e o rosto de Jesus ou da Virgem Maria em torradas.

No Pleistoceno (período entre 2,59 milhões e 11,5 mil anos atrás), essa habilidade podia salvar vidas: nossos parentes das cavernas menos hábeis provavelmente acabaram devorados por tigres-dentes-de-sabre escondidos entre arbustos; aqueles que conseguiam reconhecer padrões de possíveis predadores puderam passar seus genes adiante.



KALEXANDERSON/FLICHR

Olhos parecem bastar para identificarmos um ser animado entre nós. Em experimento no refeitório da Universidade de Newcastle, alunos podiam pegar bebidas e depositar o valor equivalente em uma caixa de coleta, de maneira voluntária. Quando uma foto com um par de olhos era afixada na parede, as pessoas contribuíam três vezes mais. Em experimento subsequente, os pesquisadores observaram que as ocorrências de bandejas de comida não recolhidas nesse refeitório caíam pela metade na presença da foto (ver em [goo.gl/MN6vWZ](http://goo.gl/MN6vWZ)).

Embora seja fácil para os humanos estabelecer empatia com robôs, o oposto não é verdadeiro: robôs são regidos tão somente pela programação de seu chip, e as Três Leis da Robótica permanecem apenas na ficção de Isaac Asimov. Daí a preocupação com a nova frente tecnológica da robótica: a dos “robôs assassinos”, armados e autônomos, que já chamam a atenção de organizações como a Human Rights Watch (ver relatório *Losing Humanity* em [goo.gl/RFtY1](http://goo.gl/RFtY1)).

O uso dos drones Predator armados já seria motivo de preocupação: humanos os comandam à distância, olhando para monitores e operando *joysticks*; o risco é de o trauma da guerra transformar-se no prazer de se jogar um videogame. Incapazes de sentir remorso por suas ações ou de exercer juízo sobre situações não previstas, soldados-robôs retirariam das guerras o pouco de humanidade que ainda lhes resta.

\* FABIO F. STORINO É DOUTOR EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO



A reciclagem tem o poder de transformar muito mais do que embalagens. Ela transforma vidas. É por isso que a Coca-Cola Brasil acredita e investe tanto, apoiando mais de 300 cooperativas espalhadas por 24 estados. E o ciclo positivo não para aí: além de gerar renda, embalagens sustentáveis como a Bottle-to-Bottle, a PlantBottle e a nova Crystal Eco estão fazendo uma enorme diferença para o meio ambiente. Para conhecer mais, acesse: [cocacolabrasil.com.br](http://cocacolabrasil.com.br)



**Coca-Cola**  
Brasil

O Sistema Coca-Cola Brasil conta com 13 fabricantes brasileiros, 47 fábricas com mais de 150 produtos no seu portfólio e emprega direta e indiretamente 660 mil pessoas. Além disso, reciclamos 98% das nossas latas de alumínio e 56% das garrafas PET.



## Sinal vermelho | Dinheiro da área ambiental derrete, comprometendo a aprovação do projeto de lei sobre pagamento de serviços ambientais

JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA

Mais de cinco anos após enviar ao Congresso Nacional sua proposta para uma política de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), o governo federal ainda não sabe de onde sairá o dinheiro para alimentar o Fundo Federal de Pagamento por Serviços Ambientais (FunPSA). O fundo foi concebido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), com anuência da Casa Civil, e incorporado no substitutivo sobre o PSA aprovado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados em dezembro de 2010 [1].

Propor novas despesas na área ambiental tornou-se assunto indigesto na administração da presidente Dilma Rousseff, que promove uma sangria descomunal no orçamento do setor. Até setembro, o MMA gastara apenas 19% do orçamento autorizado para despesas discricionárias (que excluem gastos previdenciários e salários). "Esse é o fator que limita politicamente o Projeto de Lei (PL) do PSA. O Tesouro tem receio das implicações do PL para as finanças públicas. Por outro lado, sem mecanismos de financiamento claros, o PL pode ficar apenas no campo das intenções e nada acontecer", comenta Virgílio Viana, superintendente-geral da Fundação Amazonas Sustentável (FAS). Para ter impacto, calcula o executivo da FAS, um sistema nacional de PSA deveria movimentar anualmente entre R\$ 1 bilhão e R\$ 2 bilhões.

A crise de credibilidade dos fundos ambientais também alimenta o ceticismo quanto à viabilidade do FunPSA, cuja principal fonte de recursos seria uma parcela de até 40% da fatia do MMA na participação especial do petróleo (PE). No ano passado, o MMA recebeu R\$ 1,55 bilhão, equivalente aos 10% a que tem direito na PE, o que em tese lhe permitiria irrigar o FunPSA com até R\$ 620 milhões. Mas o repasse da PE ao MMA foi extinto na negociação para a aprovação, em novembro de 2012, da Lei 12.734, que mudou as regras de distribuição dos royalties do petróleo. A modificação erodiu substancialmente a capacidade de investimento do MMA, sendo, ainda, um

golpe no Fundo Clima (mais à pág. 7), que perdeu seu maior manancial de recursos – até 60% da PE destinada ao MMA, o equivalente a até R\$ 931 milhões no ano passado [2]. O quadro só não azedou de vez ainda, porque a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia suspendeu provisoriamente as novas regras [3]. Contudo, a medida cautelar da ministra pode ser derrubada a qualquer momento por seus colegas.

"Enquanto não for assunto de ministro, a tramitação do PSA continuará lenta na Câmara. O PSA deveria ser tratado como tema prioritário, mas no bojo de um pacote de instrumentos econômicos para acelerar a transição para uma economia de baixo carbono, sobretudo por meio de incentivos fiscais", recomenda André Lima, pesquisador do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam).

Na versão ora em discussão na Câmara, os provedores ficam isentos do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Lima defende a extensão dos incentivos aos pagadores dos serviços ambientais. "Estímulos fiscais atrairiam recursos do setor privado tanto para alimentar fundos ambientais que financiam o PSA, como para aumentar a escala dos projetos", justifica. O assunto, porém, também continua indefinido na área econômica e na Casa Civil.

O substitutivo ao PL 792/1997 encontra-se na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara desde 2011. Seu relator na comissão, o deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP), tem realizado inúmeras reuniões com entidades empresariais, ambientalistas, pesquisadores e técnicos dos ministérios da Fazenda, do Planejamento e do Meio Ambiente. A falta de recurso para implementar a lei do PSA é o maior enrosco do projeto, mas há outros obstáculos a serem superados para que a proposta alcance o Senado.

Entre os impasses, um dos que mais dividem opiniões refere-se às áreas elegíveis para o PSA. O deputado Jardim acredita que os fundos públicos não deveriam ser aplicados

em PSA de áreas de preservação permanente (APPs). Argumenta que recuperar e manter uma APP é uma obrigação prevista no Código Florestal. Portanto, os fundos deveriam remunerar serviços ambientais prestados em áreas adicionais às APPs. Mas há estados, como o Espírito Santo, onde o PSA se baseia quase que exclusivamente na preservação de áreas de APP vinculadas aos recursos hídricos, lembra Zivaldo dos Santos, assessor do PPS. "Se o deputado coloca na lei, de forma bem clara, que só se paga a conservação que exceder os limites estabelecidos pela lei, já crio um problema seriíssimo no estado. Então, é preciso dialogar também com o estados", pondera Santos (veja na versão digital desta reportagem a relação das legislações estaduais e municipais de PSA no Brasil).

A elegibilidade de APPs e RL também se encontra sob

discussão entre os três ministérios diretamente vinculados à negociação entre o Executivo e o Congresso Nacional em torno do PL do PSA. "Há uma dúvida jurídica sobre a remuneração de áreas de restrição legal com recursos públicos", conta Renato Rosenberg, coordenador-geral do Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA). De qualquer forma, é consenso no governo que os fundos públicos devam ser destinados às áreas prioritárias para a conservação. "Se muitas APPs são prioritárias, o governo não deveria apoiar financeiramente os produtores que as mantivessem bem cuidadas?", indaga Rosenberg.

(COLABOROU MAGALI CABRAL)

[1] Substitutivo ao Projeto de Lei 792/2007, do deputado Anselmo de Jesus (PT-RO). Disponível em [bit.ly/16xC1P3](http://bit.ly/16xC1P3). [2] Os balanços trimestrais da participação especial podem ser consultados em [bit.ly/iosL7y](http://bit.ly/iosL7y). [3] Mais detalhes sobre o assunto em [bit.ly/WAfjA2](http://bit.ly/WAfjA2).

## Brasil lidera ranking de energias renováveis

O Brasil manteve-se no primeiro lugar em atração de investimentos em renováveis em 2012 na América Latina e Caribe, segundo o índice Climatescope 2013, publicado em outubro e produzido conjuntamente pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Fundo de Investimento Multilateral (MIF, na sigla em inglês) e a consultoria Bloomberg New Energy Finance (BNEF). A manutenção da liderança se deu a despeito da queda de 36% nos investimentos em renováveis no País, de US\$ 14,5 bilhões em 2011 para US\$ 9,2 bilhões em 2012. A redução foi compensada pelo bom ambiente regulatório e, principalmente, por causa da qualidade da cadeia produtiva e dos provedores de serviços para o setor renováveis, quesito no qual o Brasil obteve a nota máxima.

Atrás do Brasil chegou o Chile, que subiu três posições, com ótimo desempenho no quesito do ambiente de negócios. O país quadruplicou seu investimento no setor, que saltou de US\$ 500 milhões em 2011 para US\$ 2,1 bilhões em 2012. Em terceiro lugar ficou a Nicarágua, forte em energia geotérmica. O bom desempenho do país centro-americano resultou da forte participação dos investimentos em relação a seu pequeno PIB, atingindo US\$ 292 milhões em 2012, ante US\$ 275 milhões em 2011. O PIB nicaraguense é de US\$ 26 bilhões pelo critério da paridade do poder de compra, conforme a metodologia empregada pelo relatório. O relatório sobre o Climatescope 2013 está disponível em [bit.ly/1a4gZoh](http://bit.ly/1a4gZoh). ALEXANDRE SPATUZZA

### CLIMATOSCOPE 2013

POSICÃO	MUDANÇA EM RELAÇÃO AO RANKING 2012	PAÍS	0	1	2	3	4	5
1	0	BRASIL	[Barra de 5 unidades]					
2	3	CHILE	[Barra de 4 unidades]					
3	-1	NICARÁGUA	[Barra de 3 unidades]					
4	0	PERU	[Barra de 3 unidades]					
5	1	MÉXICO	[Barra de 2 unidades]					
6	4	URUGUAI	[Barra de 2 unidades]					
7	4	ARGENTINA	[Barra de 2 unidades]					
8	7	REPÚBLICA DOMINICANA	[Barra de 1 unidade]					
9	-2	COLÔMBIA	[Barra de 1 unidade]					
10	-7	PANAMÁ	[Barra de 1 unidade]					

METODOLOGIA RESUMIDA: a pontuação mede ponderadamente quatro características: I - Estrutura facilitadora – ambiente de negócios e regulatório. II - Investimentos e financiamento para energias limpas. III - Cadeia de valor em energias limpas e negócios de baixo carbono. IV - Gestão de emissão de GEEs.

ENTREVISTA ENRIQUE LEFF

## SUCESSO DOS ODM MOSTRA QUE “SISTEMA VENCEU”

O economista mexicano Enrique Leff acredita que as metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) poderão ser alcançadas até o prazo estabelecido de 2015. No entanto, Leff, que é referência mundial nos campos da Economia Ambiental e da Ecologia Política, avalia que muitos acordos globais sobre meio ambiente seguem uma lógica genérica e mercantilista. Para ele, a sustentabilidade não pode ser limitada à construção de metas mensuráveis. A agenda global de desenvolvimento pós-2015 começou a ser discutida em setembro, quando teve início a 68ª Sessão da Assembleia Geral da ONU. Veja a seguir os principais trechos da entrevista que concedeu a PÁGINA22 logo após falar (criticamente) sobre economia verde no V Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental, realizado de 17 a 19 de outubro em Brasília.

CLARISSA PRESOTTI

**O planeta entra na reta final para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). O senhor acha que é possível países em desenvolvimento atingirem compromissos como a redução da pobreza e das desigualdades e ainda proteger o meio ambiente?**

Esses Objetivos do Milênio foram já pensados de uma forma tão genérica que talvez consigam, dentro da codificação que fizeram de toda essa complexa problemática, reduzir pela metade, até 2015, todos os males do mundo, como a pobreza, a desigualdade social ou a desigualdade de gênero, a saúde, a educação e a sustentabilidade. Então, pela forma como foram pautados, está-se perto de conseguir mostrar ao mundo que o sistema venceu. Pois basta considerar os 1,3 bilhão de habitantes chineses que elevaram o nível de vida com o *boom* de crescimento da China. Ou mesmo no Brasil, como resultado do programa Fome Zero. A pobreza está sendo medida sobre a ideia de uma mercantilização das coisas do mundo, das necessidades humanas, do sentido da vida mesma, em termos de ingressos monetários. O resultado é uma montagem para mostrar que essa forma de gerar o desenvolvimento dá certo. E assim vão conseguir medições que podem dar certo, mas gerando outros efeitos negativos,

como a destruição do meio ambiente e dos modos de vida tradicionais sustentáveis. No fundo, os Objetivos do Milênio foram acordados dentro da geopolítica dominante do chamado “desenvolvimento sustentável”, que representa uma estratégia para se desviar das questões fundamentais sobre a construção de um mundo sustentável, além da capacidade restringida da modernização ecológica sujeita à globalização econômica.

**O senhor acredita que os países emergentes conseguiriam assumir um papel de liderança nos esforços em prol da justiça social e a sustentabilidade ambiental, levando em consideração os desafios globais?**

À medida que os países emergentes se inserem na lógica do mercado, da geopolítica do desenvolvimento sustentável e do simulacro da economia verde, será impossível fazer uma mudança dessa racionalidade dominante e responder aos desafios globais da crise ambiental. Mas penso que um país como o Brasil tem os recursos para assumir uma liderança para uma transformação civilizatória

O chamado “desenvolvimento sustentável” se desvia do que é fundamental

orientada para a sustentabilidade da vida a partir da produtividade da natureza, da criatividade e da diversidade cultural. Conseguir dessa forma a sustentabilidade é um processo muito complexo e desafiante. Mas o Brasil reúne as condições, pois possui uma produtividade ecológica como nenhum outro país no mundo. No Brasil, existem debates importantes sobre a questão ambiental e movimentos sociais voltados para a construção de outras racionalidades ambientais. Existe uma consciência cidadã nas



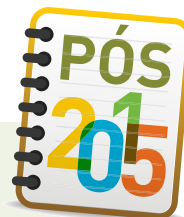
DIVULGAÇÃO

universidades e redes socioambientais diversas: de agroecologia, extrativismo, conservação e diversos movimentos sociais sobre questões fundamentais que estão sendo debatidas. Então, existe uma possibilidade dentro do espaço da democracia deliberativa para abrir novos canais de diálogos e alianças para construir a sustentabilidade por vias muito mais inovadoras. Se países como o Equador e a Bolívia, com muito mais limitações, podem tentar se desengajar dos poderes hegemônicos da globalização e abrir outras vias de sustentabilidade, por que o Brasil não?

**E como os países estão fazendo para abrir esses novos canais?**

Vários grupos sociais de diversos países estão abrindo novos caminhos por meio dos movimentos socioambientais de resistência ao modelo dominante e suas manifestações – como na mineração e na agricultura transgênica – e por novos processos de reapropriação da natureza, como as reservas extrativistas, a agroecologia e a justiça ambiental. Mesmo que esses movimentos ainda sejam muito dominados pelo desenvolvimentismo, agora existe, sim, uma complexidade e multiplicidade de processos socioambientais que, no espaço da democracia, podem gerar ações inovadoras, por meio de um diálogo de saberes para outras formas de sustentabilidade.

LEIA A ÍNTEGRA DESTA ENTREVISTA NA VERSÃO DIGITAL EM [FGV.BR/CES/PAGINA22](http://FGV.BR/CES/PAGINA22).



ENTREVISTA RICARDO ESPARTA

## RELATÓRIO QUENTE, NEGOCIAÇÕES MORNAS

No dia 27 de setembro, o Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC) lançou o 5º Relatório de Avaliação (AR5), mostrando a intensificação da mudança climática. O relatório aponta que, caso as emissões de gases do efeito estufa continuem crescendo às atuais taxas ao longo dos próximos anos, a temperatura do planeta poderá aumentar até 4,8 graus neste século. Um dos resultados poderá ser uma elevação de até 82 centímetros no nível do mar. O diretor técnico e sócio-fundador da Eqao, Ricardo Esparta, falou à PÁGINA22 sobre a influência do AR5 nas negociações do clima. De capital nacional, a Eqao é uma das empresas mais ativas no desenvolvimento de projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Kyoto. **GISELE NEULS**

**O novo relatório do IPCC vai influenciar as negociações do acordo climático e o mercado de carbono?**

As negociações não estão paradas porque há dúvidas sobre o aquecimento, mas porque falta consenso político e existe uma crise econômica desviando a atenção. A dificuldade é política, diz respeito à repartição das responsabilidades.

**Mas a pressão pública fomentada pelas informações do novo relatório influencia as negociações, não?**

O objetivo do lançamento do relatório é esse. É uma batalha de opinião pública. Como vamos mover os países para fazerem algo em relação a isso? Quem move os governos é a sociedade.

**Os países se comprometeriam com limites de emissões mais restritivos em um cenário econômico adverso como o atual?**

As metas não precisavam ser mais restritivas se os países fizessem alguma coisa. Esta era a ideia do Protocolo de Kyoto, que pedia um passo muito pequeno. O problema é que nós demos esse passo, veio a crise econômica e, então, demos um passo para trás. Com a crise, os países desenvolvidos estão emitindo menos, sem que esse esforço esteja em trocar a matriz energética

e privilegiar as políticas econômicas com redução de gases.

**O que deveria acontecer para não darmos esse passo para trás?**

Vai depender de uma retomada econômica do mundo. Se melhorar a economia, as emissões vão crescer, e os países vão se preocupar com elas. Se isso não acontecer, a maior parte das emissões estará nos países em desenvolvimento. Aí temos de fazer alguma coisa nesses países para não trilhar o caminho do aumento das emissões.

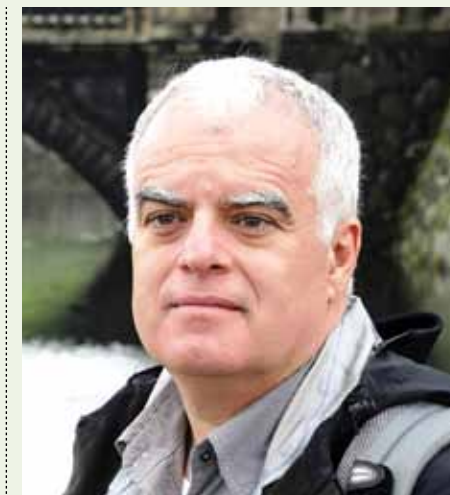
**Com metas mais restritivas, em tese o mercado de carbono ganharia ânimo. Essa hipótese deverá se confirmar?**

Grandes impulsos neste momento para o mercado de redução de emissões só vão acontecer caso a economia volte a crescer. Se eu reduzo as emissões, e isso tem valor perto de zero, por que fazer? Mercados regionais parecem ser mecanismos mais eficientes para impedir que a demanda caia demais e o mercado fique muito fraco.

Se a economia melhorar, a preocupação com as emissões aumentará

**O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) mantém-se adequado para este momento das negociações e da economia? Precisa ser revisto?**

O MDL é uma ferramenta para permitir que países que não têm metas participem do mercado. Esse tipo de ferramenta continua interessante e pode ser aplicado até 2020. Mas, como a proposta é de que depois de 2020 todos os países com emissões relevantes tenham compromissos, os países terão de adaptar isso a um mercado interno que se



ARQUIVO PESSOAL

comunique de alguma forma com o mercado internacional.

**O empresariado tem reclamado que as metas brasileiras foram superestimadas e o governo já iniciou um movimento de revisão das metas. A tendência é que elas sejam relaxadas?**

O que foi feito em 2009 foram projeções considerando que a taxa de desmatamento seria mantida e o PIB do Brasil cresceria 5% ao ano. Nenhuma das duas coisas se confirmou. O desmatamento reduziu muito e o PIB não vai chegar a essa taxa anual de crescimento. Isso significa que as metas foram superestimadas, sim, e sem dúvida devem ser revistas com a melhor informação disponível hoje.

**Nossas empresas poderão sofrer mais pressões do mercado internacional para se adaptar, reduzir, mitigar suas emissões?**

Isso vai depender muito do que será negociado nos próximos seis anos. Vamos adotar metas para serem cumpridas após 2020. Se fizermos metas frouxas, alguém pode achar ruim, mas, se forem acordadas em conjunto com outros países, a possibilidade de barreiras ligadas ao clima não se configura. Entretanto, essa ameaça existe para todos os países. A Europa já vem apontando que sua economia está em desvantagem com relação aos Estados Unidos, que não adotaram nenhum tipo de meta.

# O último samurai do Oeste

POR AMÁLIA SAFATLE E THAÍS HERRERO FOTO ARTHUR FUJII

**D**e passos leves e mãos livres, como quem se desvencilhou das amarras que a vida acaba impondo, **Tamas Makray** desembarca do táxi para uma conversa no quintal. A bagagem está toda na memória. O voo barulhento dos helicópteros nas imediações da Avenida Paulista, em São Paulo, em dia de mais uma manifestação de rua, pouco afeta o tom de voz deste senhor húngaro de 82 anos, que pede para ser chamado de você (*nota do editor: a PÁGINA22 adota como padrão o tom formal na Entrevista*). Um admirador dos jovens e da inovação que deles brota, Makray não se prende nem mesmo às questões que lhe são propostas. Este guerreiro sem armas, na melhor definição de samurai (aquele que serve, em japonês), maneja respostas simples, e é aí que reside sua sofisticação.

O engenheiro que fundou a Promon em um formato inovador de gestão não dá bola a quem incensa sua experiência. O que vale mesmo é a intuição, acredita. É uma espécie de sintonia fina. “Vinha muito consultor de *strategic management*... nada disso funciona. O Universo toma conta da gente. Então é preciso se comportar para merecer o cuidado do Universo.”

Só que o Universo está também no micro, na parte que representa o todo. Ao lado da mulher e filhos, Makray formou uma pequena fazenda no interior de São Paulo. “Estou querendo fazer de lá uma amostra de como se deve tratar a terra”, conta. Ou será a Terra? E simplesmente assistir às transformações deste antigo planeta, sem necessariamente se prender a análises e julgamentos. “É bom ficar velho, vocês vão ver.” E então sai pelo portão quando a noite cai.



▲ Cofundador da Promon, empresa de engenharia que atua em projetos de infraestrutura. Formado engenheiro químico na Universidade McGill, no Canadá, foi um dos diretores das organizações The Natural Step, World Business Academy e Institute of Noetic Sciences. Um dos criadores da Willis Harman House, participou da fundação do GVces, atuando como conselheiro. Hoje dirige o Instituto Oikos de Agroecologia



**No modelo que o senhor instituiu na Promon, funcionários podiam se tornar acionistas. Com isso, a ideia era aumentar o comprometimento e o envolvimento com a empresa, buscando um sentido maior para o trabalho e para a vida pessoal. Hoje em dia, e especialmente, a chamada geração Y é identificada pela busca de um trabalho que faça sentido, não apenas para ganhar dinheiro e subir na carreira. A sua visão na Promon de décadas atrás teria antecipado características dessa geração mais recente?**

A minha revolta contra o sistema começou quando eu era estudante – estudei no Canadá e tinha um *summer job*, já era casado e tinha de trabalhar. Chegou um refugiado húngaro (eu também sou húngaro), um senhor de idade – para mim um senhor de 50 anos era de idade (*risos*). Ele conseguiu trabalhar lá, arranhou um emprego em uma empresa canadense de material ferroviário, tinha família, mas, em uma certa sexta-feira, ele veio falar comigo e meus colegas, dizendo: “Fui demitido e me disseram que não preciso voltar na segunda-feira”. Sem nenhum pagamento, sem nenhuma indenização. Isso me chocou muito, porque ele ainda disse: “Eu não vou para casa, vou pular da ponte, me jogar no rio. Meu colega ficou convencendo-o a não se matar. Conseguimos levá-lo para minha casa, fizemos um café para ele. Ele não se matou, mas isso me marcou, eu pensei: “Isso não pode continuar!”.

Quando vim ao Brasil, consegui trabalhar com gente decente. Em 1954, comecei na Petrobras – que naquele tempo era decente e estava começando a construir uma fábrica de fertilizantes em Cubatão. Depois veio a Montreal, que fazia projetos, mas eram projetos importados, desenhados, por exemplo, para a neve. Ficou evidente que era preciso fazer projetos adaptados ao Brasil. Assim que terminamos a obra, tentamos montar um escritório de projetos. Isso foi o início da Promon, que teve como motivação inicial, veja só, aquela tentativa de suicídio do húngaro. E depois da obra, eu achei que tinha de fazer projetos, o que requer um investimento baixo, pois só precisa de gente e pranchetas. Naquela época nem computador tinha, então nada era caro.

A Promon tinha o capital dividido *fifty-fifty* (*meio a meio*). Uma metade pertencia à Montreal e outra metade à Procon americana. Aí veio 1963, crise política e econômica, a Petrobras não pagava os projetos, os americanos não quiseram saber do assunto, a Montreal não pagou nada, ficamos sem salário. Aí, falei: “Vamos dar uma mudança aqui. Vamos fazer uma empresa nossa. Se a Promon quebrar, vamos continuar fazendo nosso trabalho sozinhos”. Como tinha o perigo de o Brasil se transformar em uma Cuba, os americanos decidiram sair. Bom, nós procuramos comprar a parte dos americanos. Eles disseram: “*We don't deal with employees*” (*Nós não tratamos com empregados*). Então conseguimos convencer a Montreal a comprar a parte dos americanos. Acabaram vendendo, compramos a prazo e a empresa ficou sendo nossa. Até hoje o modelo funciona assim. Eu não era necessário, e eles continuaram.

#### **Esse modelo foi a causa do sucesso da Promon?**

Sim. Porque nesse modelo cada um trabalha para si e é fiscal de seu colega. Tem um sentido de comunidade, nós chamamos isso de comunidade de trabalho. Nós pesquisamos e vimos que mesmo no exterior tem pouquíssimas firmas que trabalham assim, e a maioria são

# Muita gente se acha importante por ter experiência. É preciso ser humilde

firmas pequenas. Nos dez primeiros anos da revista (*Você S/A - Exame, que publica o ranking*) “Melhores Empresas para Você Trabalhar”, a Promon sempre esteve entre as dez primeiras (*colocadas*), tanto que recentemente houve uma festa, e a Promon foi reconhecida como *hors-concours*. No fim, a receita é muito simples, todo mundo tem de participar do que é trabalho. É um investimento que se provou muito bom: teve gente que, quando vendeu (*sua participação*), conseguiu comprar uma casa. Então não acho que foi nada visionário, e sim algo que era evidente. Estranho que mais gente não tenha adotado isso.

#### **Sim. Por que será que esse modelo não foi mais frequentemente replicado?**

Porque as pessoas querem ser donas. Donas do outro. Donas do empregado.

#### **Por conta do envelhecimento da população, nunca antes tivemos um intervalo tão grande entre gerações convivendo em uma mesma época. Na sua opinião, isso traz mais conflitos de geração ou possibilidades de troca, de aprendizado?**

Não entendo o conflito de geração. Eu nunca tive isso em casa...

#### **Mas como ter um diálogo justamente em uma sociedade ocidental que valoriza o novo, o jovem, e renega o envelhecimento?**

Posso falar uma coisa? Eu também não dou muito valor aos velhos (*risos*).

#### **É mesmo? Por quê?**

Porque a experiência é do passado. E acho que sempre procuramos olhar o futuro. O que o futuro vai nos trazer? O que devemos preparar hoje para esse futuro? Muita gente fala: “Eu já sei porque eu já fiz”. Ora, o que eu fiz dez anos atrás não vai ter sucesso hoje.

#### **Será que não?**

Acho que não, porque o mundo está mudando. Eu sempre fui favorável aos novos.

#### **Mas isso é uma certa forma de diálogo, não é? O fato de quem tem mais experiência ouvir e aprender com os mais novos.**

Vamos aumentar a complexidade. Eu sempre perguntei ao jovens e sempre perguntei às mulheres. A Promon foi uma das primeiras firmas com diretoras mulheres. Então, faz um mix. E não sei se

muitos concordaram comigo, mas sempre dei muita importância à intuição. Acho a intuição essencial, mesmo nas empresas. Vinha muito consultor de *strategic management* (*gestão estratégica*)... nada disso funciona. As coisas acontecem com a gente. O Universo toma conta da gente. Então é preciso se comportar para merecer o cuidado do Universo.

#### **A gente está falando aqui de algo mais intangível e sutil?**

Eu até aproximaria do espiritual. A essência está no componente espiritual de tudo que a gente faz. Isso talvez explique o problema entre jovens e velhos, porque depende da visão que você tem. E também não achar que você é importante. Muita gente se acha importante pela experiência que tem, porque se formou nisso, se formou naquilo. É preciso ser humilde.

#### **Os jovens em geral acham que têm razão. Eles têm razão?**

Tudo depende de diálogo. Tem de escutar o jovem e o velho. É relativamente simples. Agora, é impressionante: quando eu me aposentei, em 1991, com 60 anos, eu não tinha internet. O que o mundo mudou de 91 para cá! Os jovens de agora terão uma vantagem, porque minha bisneta, por exemplo, mexe com computador.

#### **Na sua visão, o que a internet traz de interessante?**

Ela mudou o mundo totalmente. Tínhamos desenhistas, datilógrafos. Graças a Deus me aposentei.

#### **O senhor tem Facebook. Usa muito a rede social?**

Não, mas a internet, sim.

#### **Como o senhor compara os mundos da infância de seus netos e bisnetos com a sua infância?**

A mudança é muito grande. Eu, na idade da minha bisneta, de 5 anos, era um tonto. As pessoas são muito diferentes nesta geração. Comportam-se como adulto, conversam como adulto. Antes as crianças eram muito menos vivas, menos participantes. É bom ficar velho, vocês vão ver.

#### **Por que é bom?**

Para ver essas coisas acontecendo. Eu me sinto na poltrona de um teatro, com o mundo se desenvolvendo no palco na minha frente, e eu observando. É fascinante observar.

#### **Qual é a análise dessa observação?**

Não estou fazendo análise, só observando mesmo.

#### **Mas o senhor assiste a um mundo melhorando ou piorando?**

Algumas coisas estão melhores, outras, piores, mas essas descrições não são importantes. A mudança e a evolução é que são interessantes de acompanhar.

#### **Voltando à sua bisneta, o que vocês conversam? Como é essa relação?**

Conversamos muito melhor do que eu conversei com meu avô, que era muito distante. As crianças hoje conhecem o mundo.

#### **Antes a relação era de autoridade, de superioridade dos adultos?**

Era. Meu avô sentava-se na cabeceira da mesa e criança não podia falar. Hoje não dá para proibir os bisnetos de falar!

#### **O mercado de trabalho, em geral, busca a faixa entre os 20 e poucos anos até os 40, enquanto os extremos são excluídos: os mais novos porque não têm tanta experiência e os mais velhos porque querem e merecem salários mais altos. Que tipo de prejuízo essa “concentração etária” traz para a diversidade de pensamento, de visão de mundo?**

Nós nunca demitimos alguém porque ficou velho. E também fizemos da Fundação (*Promon de Previdência Social*) um jeito de facilitar a aposentadoria para que aqueles podem viver sem o salário. Sempre trabalhamos muito com estagiários. É importante essa aproximação com os mais novos, até para saber o que eles pensam da vida, da empresa, do futuro. E eles inventam muita coisa interessante. A inovação, geralmente, vem de jovens.

#### **O senhor vivenciou nas últimas décadas uma grande mudança, com a velha economia sendo questionada por um novo paradigma, o da nova economia. Nunca tivemos tanta informação e conhecimento, mas o mundo ainda opera em um modelo e ritmo que o leva ao colapso. O senhor acha que estamos no caminho certo, ou a sustentabilidade acabou sendo empacotada pelo antigo modelo?**

Não estamos no caminho certo de jeito nenhum. Os governos não estão vendo isso, as empresas não estão vendo, a população não está enxergando. Quando a Promon começou, a pegada ecológica era de 49%. Havia uma folga de metade do planeta. Hoje já estamos gastando metade a mais (*leia Artigo à pág. 25*).

#### **Diante dessa constatação, o que é mais desafiador? Saber comunicar, passar a mensagem, convencer os governos, as empresas, a população?**

A Marina (*Silva*) está tentando, com dificuldade.

#### **A política é, então, uma saída?**

O governo deveria ser o primeiro a saber e a tomar providências. Mas tudo precisa ser envolvido, inclusive a religião. Não dá para chegar em 7 bilhões de pessoas no mundo e as religiões dizerem que é preciso ter muitos filhos. Não é uma visão muito moderna... Agora, quando as coisas pioram, os outros vão se convencer. Um exemplo simples. Nosso orgulho era ser o maior exportador de carne. Tá errado, não se deve comer carne, (*a produção de carne*) usa dez vezes mais terra do que se plantando vegetais. Então, não comer carne gera uma boa economia para o planeta. E os ruralistas estão completamente furados.

#### **O que o senhor entende como espiritual? Suponho que não seja religião.**

Entendo como visão de mundo, como uma consciência universal. Vai além do material. O grande problema nosso é o materialismo arraigado. E justamente o ridículo é pensar: “Eu sei que esta mesa existe”. Esta mesa não existe. Os átomos estão vazios por dentro. Agora, a consciência, que dizem que não existe, é que existe. A alma existe.

### A seu ver, o materialismo é que está na raiz desse colapso ambiental?

Em vez de se fazer, exemplo, indústria bélica, é preciso fazer um uso bem melhor dos recursos. Ter uma vida mais equilibrada, igualitária, sem usar tantos recursos. Quatro e meio por cento da população do mundo (*referente à população americana*) está gastando 25% da energia.

### Esse materialismo mudou muito da década de 1930 para cá, o senhor deve ter acompanhado.

Piorou terrivelmente.

### Isso é uma coisa que a sua geração, por ter visto essa mudança no mundo, poderia passar para as gerações mais novas? Resgatar alguns valores que foram perdidos com o aumento da industrialização e o incentivo ao consumismo?

Existem muito poucas iniciativas querendo mudar isso. A grande culpa é da propaganda.

### Mas a propaganda não se faz sozinha, ela é encomendada pelos fabricantes, tem alguém por trás dela.

Um tem medo do que o outro vai lhe tirar e, com isso, vão se armando.

### Como isso virou o que é hoje? As coisas antigamente eram feitas para durar, talvez em função das guerras, para maximizar o uso de recursos. E no pós-guerra, houve uma grande mudança, com os produtos desenhados para quebrar, seguindo a lógica da obsolescência programada.

Sim, foi justamente depois da Segunda Guerra que houve a grande mudança e que a velocidade dessa mudança veio aumentando. É muito interessante acompanhar essa transformação. Não me perguntem onde isso vai dar. Mas é bom não pensar de maneira materialista. É esperar que haverá algo além, depois dessa passagem material. Por exemplo, a reencarnação. A reencarnação é uma solução que algumas religiões e povos deram para levar as pessoas a um caminho de melhora, de busca de purificação.

### Isso muda, ou deveria mudar, a relação das pessoas com o planeta? Pois, imaginando que vão voltar, não vão estragar tanto, é esse o raciocínio?

A Igreja Católica aceitava a reencarnação até o sínodo dos anos 500 d.C. O bispo de Alexandria estava defendendo a reencarnação, e Roma não estava querendo aceitar. E então inventaram o purgatório – o que para mim foi uma solução péssima (*risos*), porque de certa forma é uma purificação, mas, em vez de viver mais uma vez, você fica sentado esperando alguma coisa.

### A sua crença qual é?

Eu admito a reencarnação. Não tenho provas, mas já li muita coisa sobre isso.

### E sua religião?

Católica. Na Hungria, dois terços da população era católica.

### Qual tem sido sua atividade hoje? Está no Instituto Oikos?

Sim, e estou mexendo em uma fazendinha em Lorena (SP), a cerca de 200 quilômetros daqui. Meu sogro morava lá, só tinha 3 hectares. Meu sogro e meu pai eram sócios. Minha mulher e eu herdamos esse imóvel, meu cunhado também – mas ele foi fazer outras coisas – e aumentamos (*a área*). Estou querendo fazer de lá uma amostra de como se deve tratar a terra. Então plantei um monte de árvores. Nunca achei que as árvores que estou plantando vou vê-las um dia a ponto de não conseguir abraçá-las, mas há uma satisfação muito grande. Tem também vacas, tratadas com homeopatia, tudo é orgânico. E dá muito trabalho.

### Então o senhor está aposentado, mas só da Promon! (*risos*)

Sim, há 25 anos... E passei 10 anos estudando consciência (*na Willis Harman House*) e fui da diretoria de várias organizações internacionais, como Natural Step, World Business Academy, Institute of Noetic Sciences – vem do grego *nous*, que significa *other ways of knowing* (*outras formas de conhecimento*), intuição, revelação. Mas nos últimos 15 anos, estou só “no meio ambiente”.

### E o que é feito da produção dessa fazenda?

É uma fazendinha que não tem intenção de ser lucrativa. A maior parte é para consumo próprio, mas vou fazer queijos, vai aparecer aí um queijo Oikos. Mas é muito pouco, somente para amostra. A vaca escuta música, se sente melhor.

### Isso pode eventualmente se transformar em um espaço de formação, de educação?

Eu não pensei nisso. Como estou em uma faixa de idade para não possuir mais nada, eu quero morrer sem ter de fazer inventário. Meu pai morreu assim, não possuía mais bens, não tinha inventário.

### Perguntei no sentido de não ser somente uma atividade interna, em família, mas poder inspirar outras pessoas.

Isso pode ser, mas aí já é tarefa dos meus filhos. Um dos meus problemas é que não sei falar línguas.

### Como assim?

Não falo português bem, falo com sotaque, com imperfeições. Gostaria de escrever em linguagem literária, mas estou bem longe disso. O húngaro eu já esqueci também. Meu problema é que fui a escolas em cinco línguas diferentes, e aí foi uma confusão.

### Mas o senhor fala bem o português. Também, são quantos anos aqui?

Sessenta. Sou mais brasileiro que vocês!

### Além de poder observar a mudança do mundo, o que tem de bom em envelhecer?

É uma experiência valiosa. Já que estamos envelhecendo, não há o que fazer. Então, a melhor coisa é envelhecer feliz e satisfeito, em vez de ficar se queixando. E aí, estando satisfeito, ficamos com mais saúde. Porque gente preocupada fica doente. [zzz](#)

POR THÁIS HERRERO

PRATA DA CASA

## Revolução 2.0 nas empresas



BUTTERFLY WORKS / FLOKOR

O Facebook é o embrião das ferramentas tecnológicas que construirão o caminho para a sustentabilidade nas empresas. É o que defende o especialista em comunicação para a sustentabilidade Ernesto van Peborgh. Em seu livro *Redes – O Despertar da Consciência Planetária*, ele aponta que a humanidade e as empresas, especialmente, encontram-se em um momento decisivo para transformar

a estrutura do conhecimento, até então hierarquizada. O estímulo à cultura colaborativa propiciará a construção de soluções inovadoras que impactarão positivamente nos negócios e no mundo.

“Quando olhamos as redes sociais, normalmente vemos somente a interação das pessoas, mas existe a possibilidade de criar um reservatório de conhecimento. Dentro das empresas, é muito mais fácil colocar as pessoas em rede e há uma demanda por inovação”, esclarece Van Peborgh.

Um bom exemplo vem da Eyeka, uma rede social global voltada para a cocriação de produtos inovadores com o patrocínio de grandes empresas. Tendo em vista o seu plano de sustentabilidade global, a Unilever lançou um concurso que vai premiar o melhor projeto de um chuveiro capaz de gastar o mínimo de água e energia (*mais em [bit.ly/19YHUGv](http://bit.ly/19YHUGv)*).

Outros exemplos de como as empresas estão superando a hierarquia na busca por soluções colaborativas estão no site de [PAGINA22](http://PAGINA22). Acesse e leia a reportagem na íntegra. – POR CAROL NUNES



### INFORMAÇÃO PARA TODOS

“Cinquenta por cento dos alimentos que chegam aos países desenvolvidos são jogados fora” e “De cada R\$ 100 gastos por uma família brasileira, apenas R\$ 1,60 são gastos com itens relacionados a sua cultura e entretenimento”. Esses são alguns dos muitos dados que o [data4good.com.br](http://data4good.com.br) publica semanalmente em sua página e no Facebook.

Ao disseminar didaticamente informações obtidas de bancos de dados e pesquisas, o site possibilita uma maior conscientização e educação sobre o mundo. “Nós acreditamos que informação gera

mudança, pois permite a melhor compreensão de determinado cenário, e a ação no sentido certo”, dizem os responsáveis pelo site.

### ÁFRICA + BRASIL

O site [brazilafrika.com](http://brazilafrika.com) quer promover e facilitar a aproximação entre brasileiros e africanos por meio de laços culturais, sociais e até comerciais. Para isso, o portal traz notícias de temas variados,

produzidas por profissionais, com apoio de agências internacionais e correspondentes. Traz também agenda de eventos de interesse mútuo e artigos opinativos. Tudo está em português e inglês – em breve também em francês.

Outro objetivo é apresentar aos setores público e privado as oportunidades de investimentos e de aprofundamento das relações entre as regiões, estimulando as relações comerciais e culturais.



HARVEY BARRISON / WIKIMEDIA COMMONS

VALE O CLICK

### PLANTAS VIRTUAIS

Desde setembro, está disponível o maior conjunto de imagens de amostras botânicas do País: o Herbário Virtual Reflora. São mais de 420 mil imagens de plantas brasileiras à disposição de pesquisadores e do público em geral. As fotos de alta resolução permitem analisar detalhes e tirar medidas das estruturas botânicas. Várias dessas amostras estavam concentradas em herbários estrangeiros e fora do alcance dos brasileiros (*acesse em [herbariovirtualreflora.jbrj.gov.br](http://herbariovirtualreflora.jbrj.gov.br)*).

### EDUCAÇÃO E CONSUMO

O consumo consciente agora também é assunto de criança. E, para auxiliar os educadores de todo o País, o Instituto Akatu lançou [Edukatu.org.br](http://Edukatu.org.br), uma rede interativa para a troca de conhecimento e práticas sustentáveis. Há até uma rede social em que alunos e professores trocam experiências, e o Akatu faz a mediação com dicas. Há conteúdo sobre tecnologias na educação, vídeos que explicam de onde vem e para onde vão materiais que consumimos, além de jogos.

### TEMAS DA VIDA

Quer ensinar as pessoas sobre algum assunto? Pode ser sobre culinária, negócios, teatro de sombras e até organização de malas. Ou está interessado em cursos variados, daqueles que não se encontram em instituições? Vá até [Cinese.me](http://Cinese.me), site em que aulas são oferecidas e realizadas de acordo com a demanda. Alguns são gratuitos, mas a maioria não passa de R\$ 200. Em um ano de atividade, o site já promoveu 272 encontros e tem 4.160 usuários cadastrados.



# Telefone **sem fio**

Com o aumento da população da terceira idade no Brasil, as famílias têm cada vez mais avós e bisavós em contato com crianças e adolescentes. E nas empresas há mais diversidade em seu quadro de funcionários. A convivência entre gerações nascidas em mundos tão distintos pode não ser tarefa fácil, mas é muito rica **POR THAÍS HERRERO FOTO TOM BRAZ**

**P**ara falar com os três netos que moram fora de São Paulo, onde vive, Beatriz Redko não dispensa o tradicional telefone. E prefere esse aparelho ao programa de computador Skype. “Quando a pessoa é vista, quer estar bonita, e isso tira a espontaneidade da conversa. Pelo telefone, percebo as nuances das vozes”, diz. Às redes sociais, no entanto, ela não resistiu.

Um dia, viu sua neta mais velha, de apelido Bibia, com então com 15 anos, atender ao mesmo tempo um telefonema e três conversas no Messenger (sistema de bate-papos instantâneo e on-line). “Claro que não tenho preferência só porque sou a avó. Os jovens se interessam por mil coisas, então sei que ela iria continuar conversando comigo e com os outros amigos.”

A cena aguçou sua vontade de descobrir como se aproximar da nova geração da família. Essa foi uma das razões para que, em 2012, aos 73 anos, Beatriz abrisse uma conta no Facebook. Hoje, quem mais interage com ela na rede social são seus netos. Mandam e compartilham sites, vídeos e imagens. “Nossa proximidade melhorou porque fiquei por dentro do mundo deles”, reflete. Para ela, o repertório comum facilita as conversas. Ao telefone podem falar da vida e dos assuntos que estão em alta na web.

A família de Beatriz é um bom exemplo de como é possível aproximar gerações que nasceram em épocas tão distintas. Graças ao aumento da expectativa de vida e à diminuição da taxa de fecundidade, o Brasil está passando por uma transformação demográfica. A população mais velha está crescendo, e as famílias têm cada vez mais avós e bisavós convivendo com crianças e jovens. Isso exige mais do que uma boa relação pessoal. Exige uma cultura de diálogo que permita a troca de conhecimentos de ambos os lados, tanto dentro de casa quanto nas ruas e nas relações profissionais.

## Uma das razões para a falta de diálogo entre os mais novos e os mais velhos é a intolerância com as diferenças, tanto no nível físico quanto na compreensão de visões de mundo

Nem todas as famílias, no entanto, conseguem desfrutar de um bom convívio. Segundo Ivan Capelatto, psicoterapeuta de crianças, adolescentes e famílias, o que mais se percebe é um distanciamento entre avós, pais e filhos nos tempos atuais. Entre as causas está a falta de tempo e de convivência, já que as famílias se espalham por várias cidades, os adultos trabalham demais e as crianças têm o dia cheio de atividades complementares à escola. Soma-se a isso uma falta de interesse das gerações mais novas pelas mais velhas.

### O AMADURECER DE UMA NAÇÃO

Desde os anos 1970, o Brasil apresenta uma desaceleração no ritmo de crescimento da população e um envelhecimento de seus habitantes. Enquanto, em 1950, apenas 5% da **população em idade ativa** passava dos 64 anos, em 2011, era 11%. Estimativas do Banco Mundial [1] apontam que 49% dos brasileiros serão idosos em 2050. O documento também alerta para o fato de o Brasil estar envelhecendo rápido demais. Para comparar, a França, um país desenvolvido, levou o século XX inteiro para ter um aumento de 7% para 14% da população com 65 anos ou mais. O Brasil verá o mesmo fenômeno em apenas duas décadas.

Na outra ponta da demografia estão os jovens cuja participação relativa na população brasileira é declinante. A mais recente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE, a Pnad, mostrou que a porcentagem da população até 24 anos era de 42,8% em 2004, mas caiu para 39,6% em 2012.

Os reflexos desse cenário serão tanto uma pressão no sistema da Previdência – visto que haverá mais gente recebendo a aposentadoria do que trabalhando para bancá-la – quanto na sociedade. As cidades, por exemplo, deverão estar preparadas para que grande parte de seus pedestres tenha locomoção reduzida. Faróis devem ficar mais tempo abertos. As calçadas, estar em boas condições. E as famílias precisam estreitar seus laços, respeitando a diversidade de seus membros.

### ABISMO GERACIONAL

Até o início de 1990, considerava-se a distância entre uma geração e outra um período de 25 anos. Hoje,

[1] O documento *Envelhecendo em um Brasil Mais Velho*, divulgado em 2011, pode ser acessado em [bit.ly/ePy9z5](http://bit.ly/ePy9z5).

contam-se apenas dez. E, segundo especialistas, esse chamado “*gap geracional*” está cada vez mais curto.

“Um adolescente de 11 anos não se entende com o de 15, porque cada idade está exposta a diferentes estímulos e experiências próprias”, afirma Capelatto. Isso dificulta ainda mais uma abertura e uma compreensão sobre as outras idades.

Para Maria de Mello, consultora em projetos fundamentados na **transdisciplinaridade** e membro da **Rede Transdisciplinar Intergeracional** (Rede TIG), uma das razões para a falta de diálogo entre novos e velhos é a intolerância com as diferenças. Ela enumera pelo menos dois níveis em que essas diferenças são visíveis.

O primeiro é o nível físico. Pessoas de 20, 40 e 60 anos são fisiologicamente diferentes. E isso vai além do padrão de beleza. “Aos 20 anos, nem todo mundo precisa de óculos. Depois dos 40, os olhos pedem as lentes. Os mais velhos não respeitam a exuberância do jovem – veem, mas não respeitam porque não querem envelhecer. E o jovem não respeita que o velho tenha outro ritmo, tenha de subir uma escada mais devagar, por exemplo. Isso gera um desencantamento e um deboche”, diz.

Em segundo lugar, há uma diferença de compreensão de como as pessoas vivem o mundo. “As pessoas não devem querer viver pensando nas décadas em que eram jovens. Há gerações que não compreendem o histórico das mais novas e o contexto em que elas vivem”, afirma Maria. Essas são algumas das razões pela quais, geralmente, as pessoas preferem se relacionar com gente da mesma idade.

Ao acreditar que os avós precisam “abrir a cabeça para a realidade da vida, que é a realidade do agora”, Beatriz Redko driblou o *gap geracional* e obteve a confiança e a amizade dos netos. Quando Lucas, que hoje tem 16 anos, tinha 10, pediu à avó que lhe ensinasse economia. Beatriz separou uma série de vídeos da in-

Forma de pensar e se relacionar com a realidade considerando os fenômenos que estão entre, por meio e além das disciplinas. A metodologia baseia-se no tripé: Complexidade, Níveis de Realidade e Lógica do 3º Incluído

A Rede TIG foi formada no começo deste ano para estudar e discutir o diálogo (e a falta dele) e as relações entre gerações em um grupo de pessoas – metade com até 50 anos e metade com mais de 50. Hoje, cerca de 15 pessoas continuam ativas nas discussões presenciais e virtuais



## O diálogo intergeracional nas empresas

Existe um “ismo” dentro das listas de preconceitos na sociedade, mas que ainda não é muito discutido: o *idadismo*, ou *ageísmo*. O último termo deriva do inglês *ageism*, descrito pela primeira vez em 1969 pelo gerontologista americano Robert Neil Butler.

A discriminação em função da idade acontece, por exemplo, quando não se dá atenção à opinião da criança ou quando o médico prefere atender um jovem em detrimento de um idoso. Nas empresas, acontece quando alguém com mais de 50 anos é demitido por ser considerado ultrapassado e receber um salário muito alto.

Como parte do processo de envelhecimento do Brasil, estamos no período do chamado “bônus demográfico”, quando a população em idade ativa é maior do que a de dependentes (idosos e crianças), o que aumenta a oferta da mão de obra jovem. “O preconceito com relação aos profissionais mais idosos, acompanhado da forte presença de jovens no mercado de trabalho, é fortalecido pela veneração da juventude pela maioria das sociedades ocidentais”, escreveu Vanessa Cepellos em sua tese de mestrado pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas sobre o envelhecimento nas organizações. Para ela, essa demanda pelos jovens interfere na absorção da mão de obra de acima dos 50.

Para a tese, ela entrevistou 138 gestores de Recursos Humanos de grandes organizações no Brasil e tratou da relação com os funcionários acima de 50 anos.

Uma das conclusões apontadas é que o profissional mais velho tem qualidades que são valorizadas, como fidelidade à empresa, conhecimento do histórico, produtividade, responsabilidade, comprometimento e capacidade de disseminar o comportamento esperado dentro da organização. Estas são características típicas da geração chamada *baby boomers* (nascida entre 1946 até meados de 1960).

Mesmo assim, as empresas em geral não estimulam o diálogo e a transferência de saberes desses profissionais com os que estão começando agora. Seria interessante, segundo Vanessa, que houvesse uma política de promoção de diálogo, pois os mais e os menos experientes têm muita informação para trocar. Os mais velhos, por exemplo, poderiam ser uma espécie de mentores dos iniciantes.

Como os *baby boomers* são muito diferentes dos jovens da chamada Geração Y (nascidos entre a década de 1980 e meados dos anos 1990), o diálogo se torna ainda mais difícil. Essa juventude nasceu e cresceu acompanhando a evolução das tecnologias da informação. Segundo uma pesquisa da consultoria Ernst & Young, divulgada na revista britânica *The Economist* em outubro, a principal diferença entre os *baby boomers* e a Geração Y é que os primeiros tendem a “trabalhar duro” para as companhias, enquanto a Geração Y tem uma visão mais empreendedora. (Acesse o vídeo com a pesquisa em [econ.st/1bv18Rh](http://econ.st/1bv18Rh)).

Colocar essas duas gerações para conversar é o que enriquecerá o ambiente de trabalho e poderá até gerar um aumento de produção, diz Vanessa.

## Com 74 anos, Beatriz Redko acredita que os avós devem "abrir a cabeça para a realidade da vida, que é a do agora". Ensinou economia ao neto e deu à neta *Cinquenta Tons de Cinza*

ternet e programas de tevê que explicavam a história do dinheiro, do comércio etc. Com a neta Bibia, foi mais ousada. Deu o livro *Cinquenta Tons de Cinza* quando a adolescente tinha 17 anos e engatou um namoro sério. “Ela gostou muito e o livro foi o maior sucesso entre as amigas”, conta.

Para Beatriz, só se consegue a atenção de uma criança ou jovem quando existe algo que o interessa. “Se o avô diz que o *piercing* que o neto fez é horrível e começa o discurso com um ‘No meu tempo não era assim...’, pronto! Acabou a chance de diálogo. É preciso mudar a abordagem, aceitar o que os jovens fazem e perguntar por que fazem. Aí, vai ver que os problemas que eles enfrentam na idade deles são os mesmos que o avô tinha”, reflete.

Para Ivan Capelatto, a família possui um papel crucial na aproximação e no diálogo entre as gerações porque as crianças e adolescentes não buscam sozinhas o contato com os mais maduros. Os pais devem, então, ser os mediadores e estimular o convívio, contar histórias das origens da família e dos sobrenomes, situações vividas na infância dos pais, avós. Isso tudo cria uma emoção fundamental na criança, que é a ideia de pertencimento. Se o jovem não se sente pertencente à família, vai encontrar isso nos amigos, entre os quais não há a relação com outra geração. “Quando esse jovem se fecha em seu próprio grupo, cria a ideia de que ‘tudo que é diferente é meu inimigo’. Isso gera intolerância e até violência”, explica.

### INTERNET QUE AGREGA

O elemento mais fácil de culparmos pelo distanciamento das gerações é o advento das tecnologias. Os especialistas ouvidos pela reportagem, no entanto, tiram o peso desse fator. Segundo Maria de Mello, o histórico da falta de comunicação é mais profundo do que a história da digitalização e envolve o surgimento da Geração Y no contexto do pós-guerra (*leia mais sobre a relação entre as gerações Y e as anteriores à pág. 23*). “A tecnologia é uma desculpa, porque estamos todos vivendo juntos no século XXI.”

Ela ressalta que cada vez mais as tecnologias estão ao alcance de todos e acredita que, em pouco tempo, ela não será mais um abismo tão grande entre as gerações. Alguns números provam essa tendência. O IBGE


aponta que, entre 2005 e 2011, o número de usuários de internet acima de 50 anos cresceu 222,3%, chegando a um total de 8,1 milhões de pessoas. E, segundo pesquisa da empresa comScore, conduzida em agosto, 84,2% dos internautas brasileiros acima de 55 anos estão no Facebook e gastam em média 19 minutos por dia na rede social.


Vicente Góes, que também faz parte da Rede TIG, concorda com o argumento de Maria de Mello. Para ele, o abismo foi criado pela sociedade de consumo, que destina todos os produtos e propagandas aos jovens, em detrimento da terceira idade ou mesmo dos adultos. “O mundo puxa as pessoas para uma eterna juventude, ninguém quer ser ‘velho’. Isso me assusta”, desabafa.

### SABER E SER

Um dos aspectos que a Rede TIG analisou em seus grupos de estudo foram as mudanças nas relações entre gerações nos séculos XX e XXI. Até o século passado, o conhecimento do mundo era sempre passado dos mais velhos para os mais novos. Quem detinha o “saber”, tinha o “ser”, ou seja, tinha mais idade. Hoje, com a vasta quantidade de informação disponível diretamente a crianças e jovens, eles não precisam dos mais velhos para todos os ensinamentos. Eles podem saber tanto ou até mais do que seus pais e avós, se quiserem. Góes exemplifica: “Se eu uso a internet há anos e minha avó compra hoje um computador para acessá-la, mesmo que ela tenha três vezes a minha idade, está uma geração depois de mim em relação a essas informações”.

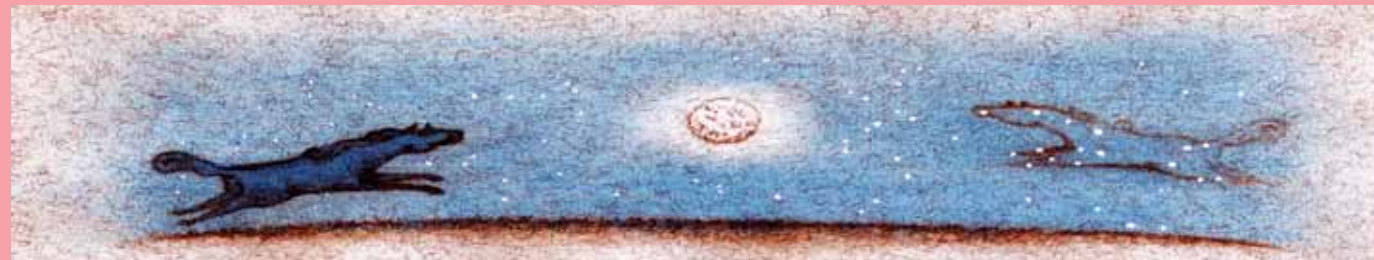
Os mais velhos têm hoje o “ser”, e o mais novo, parte do “saber”. O que se vê, segundo Góes é a desvalorização do conhecimento dos mais velhos e, até mesmo, uma perda da ancestralidade e das referências, como Ivan Capelatto havia explicado.

Para Maria de Mello, é preciso que as gerações se admirem mais. “Falta mais que empatia. Falta encantamento. Nós perdemos a capacidade de desfrutar o encantamento da diferença. Com isso, jovens e velhos perdem a chance aproveitar o melhor de sua idade e de respeitar o melhor da idade daqueles com quem convivem”, diz. 

 **Leia a entrevista com o médico psiquiatra Paulo Gaudencio sobre o que é ser jovem, na versão digital desta reportagem em [fgv.br/ces/pagina22](http://fgv.br/ces/pagina22).**

# [ARTIGO]

## Nascemos *cowboys*, viramos *astronautas* | Antes a Terra era um vasto espaço selvagem a conquistar; hoje enxergamos seus limites e reconhecemos a sua finitude **POR ARON BELINKY\***



Em sua 80ª edição, a revista PÁGINA22 nos convida para uma reflexão sobre extremos: “8 ou 80?” Escrevo este artigo no mês em que completo 50 anos, e reflito sobre o que, a meu ver, foi uma das transformações mais extremas desse curto meio século: nossa passagem de *cowboys* a astronautas. Mudança de paradigma só comparável à descoberta de que a Terra é redonda, ou de que o Sol não é o centro do Universo. Explico.

Quando nasci, em 1963, existiam no mundo 3,1 bilhões de seres humanos que, juntos, consumiam 80% do que a Terra era capaz de prover. Vivíamos, portanto, dentro dos limites planetários com certa folga. A população do mundo era predominantemente rural. Telefonemas interurbanos eram raros e custosos, que dirá dos internacionais.

Fazia seis anos que fora lançado o Sputnik, primeiro satélite artificial, que ficou 22 dias em órbita, transmitido um simples “bip” de rádio. Havia pouco mais de dois anos, Yuri Gagarin – primeiro ser humano no espaço – nos revelara que a Terra é azul. Ainda faltavam quase seis anos até que a Apollo 11 nos levasse à Lua.

O mundo era ainda grande e cheio de mistérios: existiam territórios inexplorados e amplos espaços selvagens onde nossa imaginação podia se espalhar e livremente sonhar com aventuras e descobertas. Vivíamos os últimos anos do paradigma do *cowboy*: homens e mulheres diante de vastos sertões por desbravar.

Hoje, passadas apenas cinco décadas, somos 7,2 bilhões. Além de praticamente dobrar nossa população, dobramos duas vezes a produção e consumimos uma vez e meia o que o planeta pode nos dar. Vivemos

gerando um déficit que, ano após ano, corrói o capital natural que há milhares de gerações sustenta nossa espécie e tantas outras. Isso, apesar da desigualdade extrema que ainda mantém na pobreza ou no seu limiar quase metade da humanidade. Se todos consumissem no padrão dos países ricos, o déficit seria oito vezes maior, equivalendo a quatro planetas por ano.

Porém, tão ou mais significativo que extrapolar os limites produtivos do planeta foi o fato de nos apropriarmos dele por inteiro. A despeito de não termos (ainda bem!) pleno domínio da natureza, é preciso reconhecer que algo radical mudou a partir do momento em que passamos a contar com comunicação e vigilância instantâneas sobre praticamente toda superfície terrestre. Nem tudo está dominado, mas está tudo sob as lentes e sensores da rede global de comunicações. Espaços selvagens e vazios são luxos com os quais poucos podem contar. A maioria da população vive em cidades, e mesmo quem ainda está fora delas vive sob sua influência próxima e direta.

Sentimos, vemos e medimos os efeitos dos circuitos globais: do lixo que circula pelo mar aos pesticidas entranhados na cadeia alimentar. Do buraco na camada de ozônio à concentração de carbono na atmosfera. Do comércio e do terror internacional à pasteurização de culturas e inflação de extremismos religiosos. Apesar de ainda nos seus primórdios, a sociedade global já antecipa o que é viver em um ambiente veloz, líquido e hiperconectado. A “espaçonave Terra” não é mais uma abstração, mas a realidade vivida por nós, seus tripulantes.

Nascidos *cowboys*, acreditávamos que

havia um “lado de fora”, um “ainda não lugar” para onde poderíamos ir, escapando das pressões e opressões do *establishment*. Um não lugar para onde iria tudo o que “jogamos fora”, o que não queremos mais. Hoje, astronautas, sabemos que não existe tal lugar. Com exceção da energia que vem do Sol e do espaço, praticamente nada mais entra ou sai de nosso planeta. O máximo que podemos fazer é remanejar as coisas dentro de nossa nave.

No curto espaço de uma geração, tivemos de reconstruir nossos paradigmas sobre limites e possibilidades em uma escala e profundidade nunca antes realizadas: desde o pensamento econômico hegemônico, que ignora a existência de limites para o crescimento e induz comportamentos incompatíveis com a vida de astronauta, até a concepção de áreas naturais, que se tornaram exceções, e não são mais o universo predominante, dentro do qual se inseriam as áreas urbanizadas ou desbravadas. Desde o conceito de países soberanos (como é possível que partes da mesma espaçonave tenham comandos tão desarticulados?) até a noção de cidadania, em face das importantes diferenças entre os direitos e deveres de cidadãos do mundo ou de um país.

Somos testemunhas e artífices de uma transição sem precedentes. Não foi antes e não será depois: foi agora, nessas poucas e recentes décadas, que passamos de *cowboys* a astronautas. Cabe a nós – aqui e agora – aprender a lidar com isso, construindo as bases para o novo e promissor momento que estamos ajudando a nascer.

 **COORDENADOR DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DO GVCES ([ARON.BELINKY@FGV.BR](mailto:ARON.BELINKY@FGV.BR))**



# Entre mar e sertão

FOTOS E TEXTO LÉA TOSOLD E RENATA BESSI

**M**aria do Socorro Silva, 69 anos, conhecida como Dona Coca, vive no assentamento de Serra Negra, criado em 1989 no município de Floresta, sertão pernambucano. Na casa onde mora, o banheiro e a cozinha estão com o uso limitado por falta d'água. O assentamento depende de carros-pipa para abastecer as recém-instaladas cisternas. Além de caros e incertos, não raro transportam água imprópria para o consumo humano.

Em meio à maior seca que Dona Coca diz ter visto, que já dura três anos, ela consegue manter uma pequena horta de coentro e alface. Quase todos os animais morreram, e o cenário é desolador. Ela conta que nem sempre foi assim: “Neste terreno, quando chove, tudo o que se planta dá de primeira qualidade: milho, feijão, algodão, melancia, abóbora... A gente sempre cresceu com essa fartura”.

A transposição do Rio São Francisco passará pelo assentamento de Serra Negra. A esperança de Dona Coca é de que, quando as obras estiverem prontas, tenha acesso à água do canal. Mas isso está longe de ser garantido, visto que o projeto da transposição não possui um plano claro de distribuição d'água para a população difusa do sertão, que vive em pequenos lugarejos, sítios, pés de serra e grotões. Segundo o Ministério de Integração Nacional, os canais serão cercados e monitorados. Isso deverá impedir o acesso. “Não é possível o canal passar fechado em um sertão tão seco como este”, diz Dona Coca, incomformada.



O horizonte sem fim das terras tomadas pela Caatinga no sertão atordoa qualquer pessoa acostumada com cidade grande, com o espaço delimitado pelos prédios e pelo cimento. É difícil entender a lógica dos traçados gigantes da obra de transposição, tão em descompasso com a simplicidade da vida sertaneja. Do Rio São Francisco saem dois pontos de captação, as chamadas tomadas d'água. De Cabrobó (PE), um canal, de 25 metros de largura e 5 metros de profundidade seguirá por 402 quilômetros de distância para os rios Jaguaribe (CE), Apodi (RN) e Piranhas (PB). O segundo canal sairá da Represa de Itaparica, na divisa entre Petrolândia e Floresta (PE), e seguirá sertão adentro por 220 quilômetros até o Rio Paraíba (PB). Com o dobro do orçamento previsto, o que se vê na obra são trechos prontos seguidos de trechos sendo escavados e outros já finalizados, mas destruídos.

Nas duas tomadas d'água, a Vertical Green, empresa contratada pelo Exército, foi paga para reflorestar a área, mas nada foi recuperado. Em lugar de vegetação, há areia e pedras. O governo respondeu à reportagem que “essa é uma obra linear a ser implantada ao longo de vários quilômetros, passando por diversos tipos litológicos e os mais variados estágios de intemperismos”. Explicou que as paralisações se deveram a diferenças entre projetos, o que ocasionou a desistência de algumas empresas e a necessidade de um novo planejamento para evitar a total paralisação da obra.



**O** São Francisco é um rio mexido e remexido e suas comunidades impactadas e reimpactadas por grandes obras. Sete hidrelétricas e 30 barragens são responsáveis por deslocamentos forçados e pela destruição cultural de comunidades tradicionais e povos indígenas ao longo de décadas – segundo informações do dossiê organizado por entidades como Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Núcleo de Estudos em Comunidades e Povos Tradicionais e Ações Socioambientais e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

De uma dessas represas, a de Itaparica, construída em 1989 para produção de energia elétrica, sairá um dos eixos da transposição seguindo sertão adentro. Por debaixo das águas densas e esverdeadas da represa jazem cidades inteiras como as antigas Petrolândia e Itacuruba. Hoje é possível ver pelo baixo nível da água as ruínas brotando do espelho d'água, a torre de uma catedral e um cemitério de árvores. Cidades mortas.

Mortas também as águas, como bem definem pescadores artesanais. As águas não fluem. Aliás, fluem artificialmente ao ritmo da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), que as controla prioritariamente para a geração de energia elétrica, desconsiderando os ciclos de reprodução dos peixes.

Entre o fogo cruzado de opiniões sobre o impacto da transposição para o rio – de um lado especialistas afirmam que o São Francisco não suporta a retirada de água e, de outro, o governo federal diz que a água retirada é mínima – estão as comunidades que sentem na pele os riscos da obra. “O rio... Ele não suporta... Nossos velhos dizem que vai dar para ir para a Bahia a pé”, afirma Claudinha Truká, uma das lideranças do povo Truká, diretamente atingido pela transposição. As aldeias dos Truká ficam na Ilha da Assunção, Pernambuco, divisa com Bahia.



# De volta para o futuro

Os efeitos dos programas que combatem a disparidade de renda começam a se esgotar sem que haja ações sociais consistentes de acumulação de capital humano

POR MAGALI CABRAL FOTOS TOM BRAZ



**N**a imaginação de quem viveu boa parte do tempo nos anos 1900, o século XXI, hipoteticamente, transcorreria em um ambiente *high-tech*, no qual as necessidades mais básicas da humanidade já estariam supridas. Inteligente que é, o homem equacionaria o problema da fome e da habitação. Todos teriam acesso à boa educação. Doenças e criminalidade existiriam apenas em livros de História. A desigualdade econômica e social, enfim, seria uma marca do século XX.

Quem poderia supor, lá atrás, que em 2013 um levantamento feito pelo banco Credit Suisse retrataria a distribuição das riquezas do mundo ainda mais desigual do que então [1]. Hoje, 0,7% da população global adulta detém coletivamente 41% de toda a riqueza existente, enquanto 68,7% dos seres humanos adultos partilham apenas 3% dela. Se os US\$ 241 trilhões, equivalentes à soma do PIB de todos os países, fossem distribuídos igualmente, transformando a pirâmide da distribuição da renda em uma linha horizontal, cada adulto embolsaria cerca de US\$ 50 mil. Nada mau pra começar.

Os índices de desigualdade no mundo talvez não fossem tão díspares caso as condições encontradas pelas pessoas ao nascer, tanto financeiras como sociais – educação, saúde e habitação –, fossem mais equânimes. Algumas pessoas se tornariam mais ricas por terem talento e aptidão acima da média ou por serem oportunistas. Outros afundariam em profunda miséria por razões diversas. Na média, porém, a desigualdade seria menos aguda.

O economista e cientista social Eduardo Giannetti conta uma fábula que embute um significado pernicioso de constituição da desigualdade. “Dois meninos caminham pela calçada quando um deles encontra duas maçãs, uma grande e outra menor. Ele as apanha, oferece a maçã pequena para o colega e fica com a maior. O colega reclama: — Você está sendo egoísta e ganancioso. O que achou as maçãs, então, pergunta: — Mas se você estivesse no meu lugar, o que teria feito? E o outro, mais generoso, responde: — É lógico que eu teria ficado com a maçã pequena e dado a grande para você. O primeiro, então, arremata: — Mas então por que você está se queixando? Foi exatamente isso que eu fiz.”

“O que importa em relação à desigualdade não é tanto o resultado, mas se o caminho que a gerou é legítimo ou completamente injusto”, afirma Giannetti, autor de *O Valor do Amanhã. Ensaio Sobre a Natureza dos Juros* (Companhia das Letras, 2005). Assim, o menino que ficou com a maçã pequena tem razão de reclamar. Afinal, uma coisa é a distribuição ser imposta por alguém que tem o controle da distribuição dos recursos; outra, é essa mesma distribuição resultar de um caminho voluntário, em que alguma situação foi criada por ação livre.

Em outras palavras, para o economista não há nenhum problema na desigualdade, desde que haja paridade de dotação inicial. “Não se trata de todo mundo ser igual. Muitos não estarão dispostos a sacrificar, por exemplo, relações pessoais, arte, ciência ou busca de conhecimento por atividades que resultem em mais recursos financeiros. O que não pode é uma situação inicial de derrota antes mesmo de começar e com uma margem de escolha extremamente restrita.”

[1] Intitulado *Global Wealth Report 2013*, pode ser acessado em [bit.ly/1bYldPa](http://bit.ly/1bYldPa).

A última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgada em outubro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra certa estabilidade no nível de desigualdade brasileira, entre 2011 e 2012, depois de quedas sucessivas ao longo da última década. Mas isso não significa que o nível de pobreza tenha ficado no mesmo patamar.

No ano passado, os mais ricos registraram um significativo aumento em seus rendimentos, bem como, na outra ponta, os mais pobres entre os pobres. Daí o índice de Gini, que mede o grau de concentração de renda, com zero (0) representando a

▬ O índice caiu de 0,501 em 2011 para 0,498 em 2012 – em 2002 estava em 0,545

perfeita igualdade e um (1) a máxima desigualdade, **não ter variado tanto** ▬. De acordo com o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcelo Neri, a pobreza extrema foi reduzida em 28% nesse período, resultado que atribui a um dos principais programas de transferência de renda do governo, o Bolsa Família.

A mesma Pnad aponta, no entanto, que 42% dos domicílios brasileiros ainda não possuem saneamento básico (água, esgoto e coleta de lixo). Sinal de que as campanhas redistributivas são efetivas na redução de desigualdade, mas apenas sob o aspecto da renda. Ou seja, “não vêm sendo acompanhadas de ações que estimulem de maneira significativa a acumulação de capital humano nas novas gerações”, conforme assinala o professor da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), André Portela Souza, no estudo *Políticas de Distribuição de Renda no Brasil e o Bolsa Família*.

Segundo ele, a pobreza é um fenômeno multidimensional que vai além da simples carência de renda monetária. Em uma pers-

pectiva mais abrangente, pobreza pode ser definida como privação de capacidades, o que envolve uma série de restrições: não ter renda monetária suficiente para obter bens e serviços desejados, não ter capacidade física para desenvolver certas atividades, não ter acesso à educação e saúde, não ter livre acesso à troca de bens e serviços, não ter direitos civis e políticos respeitados etc.

Segundo o professor do Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp) e presidente da Fundação Perseu Abramo, Marcio Pochmann, as conquistas brasileiras no campo da desigualdade nos últimos anos foram inegáveis. Até porque o mundo tem estado diante da mais grave crise do capitalismo dos últimos 80 anos, com os países ricos dando sinal de aumento da pobreza e da desigualdade.

Entretanto, Pochmann pondera que as manifestações de junho e julho deixaram bem claro que o Brasil precisa avançar em serviços de educação, saúde e transporte, itens que, inclusive, oneram demasiadamente a renda de todos, principalmente a dos mais pobres. “Uma estrutura de desigualdade consolidada há mais de 500 anos não se resolve apenas e tão somente por medidas que visam inclusão pela renda e pelo emprego, por mais que isso possa ajudar. É evidente que precisamos também de ações que estruturem o enfrentamento da desigualdade de forma permanente”, afirma.

#### QUESTÃO TRIBUTÁRIA

Difícil é canalizar recursos para financiar tantas lacunas. Didático, o economista e escritor Paulo Sandroni, da Escola de Economia da FGV, lembra que, no setor industrial, quando a escala de produção aumenta, há um ganho de produtividade e uma consequente redução dos custos. Mas nos serviços públicos acontece o contrário.



“Não se trata de todo mundo ser igual. O que não pode são escolhas restritas e uma situação de derrota mesmo antes de começar”, diz Giannetti

Quando há um aumento de escala nos serviços da educação, do saneamento e, sobretudo da saúde, só há aumento de custos. Então, para aumentar a oferta de serviços públicos, o governo precisa arrecadar mais e, uma vez que o sistema tributário do Brasil onera mais o pobre do que o rico, a desigualdade social patina.

Essa foi a conclusão de um debate sobre reforma tributária realizado em agosto pelo jornal *Folha de S.Paulo* com especialistas no tema. Segundo a publicação, o diretor da consultoria LCA Bernard Appy disse que, como sócio de uma empresa, paga menos imposto do que se fosse empregado. “É preciso resolver a tributação dos ricos”, disse.

Na opinião de Marcio Pochmann, de fato a solução aponta para a direção de uma estrutura de tributação progressiva, semelhante à dos países ricos. Suavizam-se os impostos cobrados dos mais pobres e elevam-nos para os ricos. Assim, o fundo público deixaria de ser composto de tributação dos mais pobres, e a própria estrutura tributária produziria, por si só, um efeito sobre a redução de desigualdade. Soluções tributárias não faltam. O difícil é conseguir reformar o sistema.

“Os ricos no Brasil não querem mais pagar impostos. Veja o debate absurdo que se trava hoje em São Paulo em relação ao reajuste do IPTU”, reclama o economista da Unicamp. Segundo o pesquisador da FGV, José Roberto Afonso, que também participou do debate na *Folha*, o Brasil consegue cobrar menos IPTU do que países africanos. “Não adianta inventar imposto sobre grandes fortunas, se não conseguimos cobrar nem o imposto patrimonial tradicional.”

Paulo Sandroni defende cobrança de impostos sobre propriedades. Para as cidades, sugere a captura de “mais valias urbanas” e, para o campo, mudanças no Imposto Territorial Rural (ITR). A primeira hipótese tem a ver com especulação imobiliária. Quando a cidade cresce, os terrenos mais bem localizados estão em constante valorização, uma vez que têm a demanda preferencial. “Se deixar o mercado imobiliário funcionar livremente, o proprietário enriquece sem contribuir, um caso clássico de enriquecimento sem justa causa.” Segundo ele, São Paulo e outras cidades brasileiras vêm adotando sistemas variados de captura de “mais valias”.

No segundo caso, a ideia de Sandroni é retirar o caráter não fiscal do ITR. Isto é, o imposto não deve ser usado como instrumento de indução para que a terra seja produtiva. Para ele, apenas a posse da terra, produtiva ou não, justifica o pagamento de impostos. Feito isso, o governo pode então criar incentivos ou desincentivos aos

“A sociedade está mais complexa e as pessoas terão de estudar a vida toda. Isso implica uma revolução do sistema educacional, sobre a qual nós pouco nos atrevemos a pensar”, diz Pochmann

produtores rurais. “Nos últimos 50 anos, as fronteiras agropecuárias expandiram-se em mais de 200 milhões de hectares – e sabe qual foi a repercussão do ITR nas contas públicas? Nenhuma.”

### CONSENSO DA RETÓRICA

À medida que o Bolsa Família cresce e se consolida, vão se esgotando as populações elegíveis para o programa. Para dar continuidade aos programas sociais, o governo pode promover reajuste dos benefícios dos já incluídos ou atacar um novo componente de desigualdade social.

Por exemplo, a baixa qualidade da educação. Ensino de qualidade eleva a produtividade e promove a qualificação do trabalhador, que consequentemente receberá salários mais altos e melhorará sua qualidade de vida. Há um consenso na sociedade de que investir em educação é fundamental. O problema, de acordo com Pochmann, é que esse consenso se dissolve tão logo começa a discussão sobre o que fazer para melhorar a qualidade da educação. “A questão passa também por construir uma convergência política que vá além do consenso da retórica.”

E quanto mais rápido melhor, pois o Brasil transitou para a República em 1889, mas não tornou sua escola republicana até a Constituição de 1988. “Passamos 100 anos sem universalizar a educação e, quando ocorreu, a partir dos anos 1990, não houve elevação de recursos”, explica o economista da Unicamp.

Diante desse quadro, o resultado da última pesquisa realizada pelo Instituto Paulo Montenegro, ligado ao Ibope, não chega a ser uma surpresa. Mostra que nos últimos 10 anos a universalização

■ O percentual da população alfabetizada passou de 61% em 2001 para 73% em 2011

do ensino promoveu uma **redução do analfabetismo absoluto**, mas apenas um em cada quatro brasileiros domina as habilidades de leitura, escrita e matemática. E os demais são considerados analfabetos funcionais.

■ ProUni é a sigla para Programa Universidade para Todos e Fies, Fundo de Financiamento Estudantil

pois esses programas fazem um bom contraponto com as políticas de incentivo ao consumo.

Eduardo Giannetti também comemora a universalização, mas ressalta que não adianta ter 97% das crianças no Ensino Fundamental quando, na verdade, elas não estão adquirindo o conhecimento que deveriam. Ele defende o uso de um mecanismo que, segundo ele mesmo, o mundo educacional considera corporativo demais.

Sua ideia é que ao final do Ensino Fundamental o jovem passe por um exame que o leve a um diploma. “Acho profundamente injusto e cruel uma pessoa achar que fez um curso quando, na verdade, foi enganada”, sentencia. A informação sobre o desempenho dos alunos funcionaria como um termômetro, indicando por que algumas escolas, que receberam os mesmos recursos que outras, aprovaram uma proporção maior de crianças.

Já André Portela crê que a universalização existente hoje, de certo modo, torna até redundante a **condicionalidade** de frequência escolar imposta pelo Bolsa Família. Do seu ponto de vista, o problema da educação básica, além da qualidade, é a relativa baixa frequência no Ensino Médio. Para criar incentivos aos estudantes pertencentes a famílias mais vulneráveis, Portela propõe a criação de um adicional no valor da transferência de renda paga ao aluno em função da aprovação por ano de estudo.

“Contudo, essa transferência não deve ser paga imediatamente. Cria-se uma conta poupança, cujo saldo se acumulará ao longo dos anos escolares, a que ele somente terá direito quando completar o Ensino Médio.” Segundo Portela, desenho semelhante existe no México, com o Programa Oportunidades, com resultados bastante satisfatórios.

Sobre os rumos do ensino no Brasil, Marcio Pochmann levanta uma questão ainda mais complexa. Na era industrial, apenas crianças e adolescentes estudavam. “Adultos sabiam tudo que era necessário saber.” Esse tempo acabou. Vive-se hoje um tempo em que o Ensino Superior passou a ser o piso da nova sociedade. Quando o aluno é graduado na universidade, mesmo de boa qualidade, já sai de lá com o conhecimento superado. “A sociedade está mais complexa e as pessoas vão ter de estudar a vida toda. Isso implica uma revolução do sistema educacional, sobre a qual nós pouco nos atrevemos a pensar, que faça o País que estamos construindo dialogar com o futuro e não mais com o passado.”

Nesse caso, quem sabe os sonhos sonhados lá no século XX possam se concretizar ainda no século XXI. [\[2\]](#)

■ Crianças e jovens de 6 a 17 anos de idade devem frequentar regularmente a escola, e crianças até 5 anos de idade devem estar com a vacinação em dia

# [ANÁLISE]

**Com açúcar, sem afeto** | O contingente de obesos e vítimas do sobrepeso supera e cresce muito mais que o de famintos. As doenças do excesso ameaçam mais gente que as enfermidades da falta **RICARDO ABRAMOVAY\***

A alimentação talvez seja o exemplo mais emblemático da distância que pode existir entre riqueza e prosperidade. Parte importante daquilo que o sistema econômico oferece à vida social agrava problemas cujas soluções vão ficando cada vez mais difíceis e caras.

Não há dúvida de que para eliminar a vergonhosa existência de 1 bilhão de pessoas em situação de fome é necessário dispor de alimentos. Mas a verdade é que há, no mundo contemporâneo, 500 milhões de obesos. Somados às vítimas do sobrepeso, é um contingente que supera e cresce muito mais que o de famintos.

As doenças do excesso ameaçam mais gente que as enfermidades da falta. Os riscos sociais que decorrem daí são crescentes e repercutem sobre a própria viabilidade de financiamento dos sistemas de saúde em diferentes países.

Esta é a razão pela qual o tema desperta o interesse não só dos especialistas em saúde pública, mas também de organizações financeiras globais.

O Credit Suisse [\[1\]](#) acaba de publicar um importante relatório, cujo objeto é aquele que, isoladamente, pode ser considerado o principal vetor da epidemia global de obesidade: o açúcar. Não o contido naturalmente nas frutas ou no leite, mas o que se adiciona aos alimentos, o que inclui o xarope de milho, muito usado nos Estados Unidos e, em menor proporção, no México, na Argentina e no Canadá. No início dos anos 1980 o consumo de açúcar (incluindo o xarope de milho) chegava a 48 gramas *per capita*. Hoje, já está em 70 gramas. Isso corresponde a 280 calorias.

Só que o consumo de açúcar não se distribui de forma homogênea. A média *per capita* chinesa é de 115 calorias diárias de açúcar. A dos Estados Unidos sobe a nada menos que 658. O Brasil é o segundo consumidor, superando as 600 calorias



diárias, seguido por Austrália, Argentina e México, todos na faixa de 600 calorias diárias ou mais. Em 2009, a Associação Americana de Cardiologia (Heart American Association) recomendava não mais que 150 calorias diárias de açúcar adicionado para homens e 98 para as mulheres.

Nos Estados Unidos (e não só lá, é claro) é nos refrigerantes que está a maior proporção do açúcar contido em produtos alimentares: nada menos que 33% do total.

Mas o metabolismo do açúcar diluído em refrigerantes – e também nos sucos, é importante assinalar – é diferente daquele consumido sob a forma de doces, balas, sorvetes, iogurtes ou molhos: a informação que o corpo recebe do consumo de açúcar em forma líquida não o induz a reduzir proporcionalmente o consumo de outras formas de calorias. Ou seja, refrigerante não mata a fome e tudo indica que, ao contrário, estimula o apetite.

### A RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS

As maiores marcas globais insistem na existência de um componente genético da obesidade. Apesar disso, o estudo do Credit Suisse mostra imensa convergência da literatura científica que associa as doenças da obesidade ao consumo de açúcar: 98% dos médicos entrevistados no âmbito da pesquisa acreditam que o açúcar está na origem da obesidade, e 96% deles associam-no à diabetes tipo 2.

Essa é uma doença que atinge hoje 370 milhões de pessoas no mundo. No México, já é a principal causa de mortalidade. O país está entre os campeões de obesidade (inclusive infantil) e é o segundo consumidor mundial de refrigerantes.

Os custos do tratamento da diabetes 2 para o sistema global de saúde já chegam a US\$ 470 bilhões. Só nos Estados Unidos, são US\$ 140 bilhões, mais que os US\$ 90 bilhões que se gastam com doenças decorrentes do consumo de tabaco.

Globalmente, o horizonte é que, em 2020, o sistema de saúde gaste US\$ 700 bilhões para tratar o que poderá ser 500 milhões de habitantes atingidos por essa doença.

As grandes marcas globais que se voltam à produção de refrigerantes e sucos levam adiante ações relevantes para a conservação e a recuperação da água, para estimular a reciclagem de suas embalagens e até para fortalecer o empreendedorismo.

Por mais importantes que sejam, tais iniciativas empalidecem diante da tentativa permanente de negar o vínculo, corroborado por robustas evidências, entre o produto que elas oferecem e algumas das mais graves patologias epidêmicas de nossa época.

\* PROFESSOR TITULAR DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA FEA E DO INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA USP. AUTOR DE MUITO ALÉM DA ECONOMIA VERDE E LIXO ZERO: GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS PARA UMA SOCIEDADE MAIS PRÓSPERA (PLANETA SUSTENTÁVEL/ ABRIL). TWITTER: @ABRAMOVAY BLOG: RICARDOABRAMOVAY.COM

# E a corda se estica

Podemos habitar um novo planeta já em 2100, experimentando ainda mais extremos do que os vivenciados hoje. O mapa está traçado, mas ainda cabe algum desvio de rota

POR MÔNICA C. RIBEIRO FOTOS TOM BRAZ

**C**omeçamos a experimentar um novo planeta. Sacudida por transformações causadas por fenômenos naturais, a Terra, que já passou por períodos de frio seguidos por ondas de calor há cerca de 450 milhões de anos e testemunhou a extinção de espécies como os dinossauros, agora contabiliza um outro fator acelerador da mudança climática: a atividade humana. Cientistas concordam que, desde a Revolução Industrial, com o uso cada vez mais disseminado dos combustíveis fósseis e seus derivados, os **números do clima** no planeta atingiram patamares nunca observados nessa escala de tempo.

A primeira década do século XXI já deu uma amostra considerável do que está por vir. Foram os anos mais quentes desde que o primeiro sistema de medição de temperatura começou a funcionar em 1850 [1].

■ A concentração de CO<sub>2</sub> na atmosfera já aumentou 40% desde a Revolução Industrial. Svante Arrhenius, físico e químico sueco, que nasceu no século XIX, foi o responsável pela primeira previsão climática da história, em 1896: estimou que, caso as emissões de CO<sub>2</sub> dobrassem, a temperatura do planeta aumentaria entre 5 e 6 graus – muito semelhante às previsões de hoje

Aumentos extremos de temperatura foram registrados na Europa, na África, no Brasil, na América do Norte e Central, na Oceania. Em todo o mundo, dados demonstram o aumento acentuado de temperatura neste início de século, o que resultou também na maior incidência de ocorrências climáticas extremas em todo o mundo.

Só para rememorar alguns eventos dramáticos, uma onda de calor na Europa em 2003 matou cerca de 20 mil pessoas. No Paquistão, as inundações fizeram mais de 1.500 vítimas em 2010, afetando milhões de pessoas. O furacão Katrina, que assolou os EUA em 2005, deixou quase 2 mil mortos.

No Brasil, não foi diferente [2]. A ocorrência de desastres naturais aumentou 268% na década de 2000 em comparação

[1] Segundo o relatório *The Global Climate 2001-2010 – A Decade of Climate Extremes*, publicado em julho pela Organização Meteorológica Mundial (OMM). Acesse o estudo em [goo.gl/vwaBgS](http://goo.gl/vwaBgS). [2] O Brasil ocupa o sexto lugar entre os dez países mais afetados por desastres naturais, segundo o relatório *Global Climate Risk Index 2013*, disponível em [goo.gl/NWPO9i](http://goo.gl/NWPO9i). [3] Considerada uma das principais obras de Hobsbawm, *Era dos Extremos - O Breve Século XX - 1914-1991* discorre sobre as profundas mudanças – baseadas em catástrofes, crises e incertezas – vividas em curto período de tempo, em contraposição ao “longo” século XIX.

com os 10 anos anteriores, de acordo com dados apresentados na 1ª Conferência Nacional de Mudanças Climáticas Globais, em setembro. O País apresentou crescimento em todos os tipos de desastres naturais característicos do continente americano, de acordo com o *Atlas Brasileiro de Desastres Naturais* ([goo.gl/Wb-Quic](http://goo.gl/Wb-Quic)). Cerca de 2.500 pessoas morreram no País em função desses eventos, em especial na região Sudeste.

Segundo José Marengo, chefe do Centro de Ciência do Sistema Terrestre do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e integrante do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática da ONU (IPCC), desde 1850 o aquecimento foi de cerca de 0,9 grau, e mais de 66% dele aconteceu depois de 1950. “Parece pouco, mas 1 grau a mais em nossa temperatura já nos causa febre e mal-estar. Isso também acontece com o planeta. Na região tropical, que tem a maior biodiversidade, não há adaptação, e sim transformação. Um bioma pode sumir e aparecer outro diferente.”

Em setembro, o Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC) divulgou o sumário executivo de seu primeiro *Relatório de Avaliação Nacional* (RAN 1), acessível em [goo.gl/8WcgIY](http://goo.gl/8WcgIY). Feito

nos mesmos moldes do relatório do IPCC, indica que no Brasil o aumento de temperatura até 2100 ficará entre 1 e 6 graus, em comparação à registrada no fim do século XX.

A ocorrência de chuvas deverá diminuir nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do País. Já nas regiões Sul e Sudeste, haverá um incremento do número de precipitações. Os dados indicam cheias e secas mais frequentes e intensas, o que deve alterar a vazão dos rios, prejudicar abastecimento de reservatórios de água e reduzir a biodiversidade nesse ambiente.

“O que estamos alterando não é o clima da próxima década ou até o final deste século. Existem várias simulações que mostram concentrações altas de CO<sub>2</sub> até o ano 3000, pois os processos de remoção do CO<sub>2</sub> atmosférico são muito lentos”, alerta Paulo Artaxo, professor do Instituto de Física da Universidade de São Paulo (USP) e um dos cientistas brasileiros que participam da elaboração do relatório.

De fato, podemos estar iniciando uma nova era. Parafraseando o historiador britânico Eric Hobsbawm, uma nova era dos extremos [3].

**Mundo em extremos** A escalada de números a cada relatório do IPCC – estamos no quinto relatório, divulgado parcialmente em setembro último – nos mostra cenários em que o aumento de temperatura pode chegar a 4,8 graus até 2100. O aumento entre 1,4 grau e 3,1 graus estimado pelos cientistas refere-se ao patamar intermediário na variação de cenários traçados pelo IPCC.



### 1 LITORAL DOS ESTADOS UNIDOS

A primeira década do século XXI foi a mais ativa desde 1855 para os ciclones tropicais na bacia do Atlântico Norte. Em média, 15 tempestades por ano foram registradas. Especificamente, o ano de 2005 registrou 27 tempestades, 15 com intensidade de furacão. Embora não seja possível estabelecer com certeza a correlação entre os eventos naturais e o aquecimento global, é certo que eles, e seus efeitos, tendem a se tornar cada vez mais frequentes e extremos dentro do quadro do aumento da temperatura. A tempestade Sandy, que chegou aos EUA em 2012, deixou parte de Nova York no escuro, provocou mais de 40 mortes na cidade e cerca de R\$ 19 bilhões de prejuízo. A previsão do IPCC é de que esses fenômenos se tornem mais comuns e mais danosos para as cidades costeiras.

### 2 BRASIL

Suzana Kahn, presidente do Comitê Científico do

Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas e vice-presidente do Grupo de Mitigação do IPCC, explica que o Brasil tem muito a perder com a mudança climática: em termos geográficos, por causa da costa – enorme –, com o aumento do nível do mar. Em relação à biodiversidade, por causa das florestas. Em termos de população, porque a desigualdade tende a aumentar (*mais em reportagem à pág 32*). Além de perdas na economia, que se baseia muito na agropecuária.

### 3 OCEANOS

O mar também já sofre com o efeito *Homo sapiens*. A previsão mais provável é de que o nível dos oceanos suba entre 26 e 55 centímetros, o que provocará erosão em áreas costeiras de todo o mundo. Quando a água se aquece, seu volume expande. Cerca de um terço do aumento do nível do mar deve-se a isso. Outro ponto preocupante é que os oceanos estão 30% mais ácidos desde a Revolução Industrial, com

mudanças drásticas para o conjunto de organismos vivos que habitam suas águas. Confira o especial sobre oceanos na edição 79 de PÁGINA22.

### 4 GROENLÂNDIA

Em julho do ano passado, 97% da superfície de gelo da região derreteu. Foi a primeira vez em 34 anos de monitoramento de satélite que um degelo tão grande foi visto. Menos dias e noites frias, aumento de dias e noites quentes, mais ondas de calor e redução da camada de gelo na Groenlândia são também apontados pelo IPCC. Em conjunto, a Groenlândia e a Antártida perdem hoje três vezes mais gelo do que nos anos 1990, fazendo com que sua contribuição à elevação do nível dos mares crescesse de 0,27 para 0,95 milímetros ao ano. A eliminação completa da cobertura de gelo da Groenlândia, por exemplo, contribuiria para um aumento de cerca de 7 metros do nível do mar.

### 5 ÁRTICO

O gelo do Ártico está desaparecendo diante do aumento nas temperaturas. Pesquisa da National Aeronautics and Space Administration (Nasa) aponta crescimento de vegetação onde costumava haver tundra. Nos últimos 30 anos, arbustos e árvores altas que crescem em climas temperados foram vistos no Ártico, espalhando-se a 402 e 692 quilômetros mais ao norte do que o normal. O derretimento do *permafrost* (solo congelado) está também despejando metano e gás carbônico na atmosfera. Algumas projeções indicam ainda o desaparecimento quase total do gelo marinho ártico do final do verão, em meados do século XXI. A exploração de petróleo na região também tem sido facilitada pelo derretimento de gelo. Há petróleo suficiente para encher 83 bilhões de barris, o que dá ao Ártico 20% dos combustíveis fósseis ainda não explorados no mundo.

### 6 EUROPA

Secas e incêndios se tornaram constantes nos países do sul do continente, enquanto nos Alpes e na bacia do Danúbio acontecem chuvas torrenciais. O aumento de temperatura é notado de forma geral, mas é mais forte no sul. Na Itália, Espanha e Portugal, as chuvas diminuíram 20% no último século. Já no norte do continente, as chuvas aumentaram entre 10% e 40% no mesmo período. Em 2003, uma onda de calor extrema assolou a Europa e deixou milhares de vítimas. Os recordes de temperatura dos últimos 500 anos foram quebrados no Leste Europeu (2010), no Sudoeste (2003), nos Balcãs (2007) e na Turquia (2001).

### 7 ÁFRICA

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), as ocorrências de seca aumentaram 38% entre as décadas de 1980 e 2000, com graves consequências para África, evidenciadas pela fome na África Oriental e pela crise na região do Sahel, vasta região semiárida que atravessa o continente de leste a oeste. Em 2020, prevê-se que 75 milhões a 250 milhões de africanos residirão em zonas com escassez de água, o que pode acarretar mais conflitos por recursos hídricos. Segundo as previsões do IPCC, a produção agrícola e a segurança alimentar em muitos países e regiões da África tendem a ser seriamente comprometidos pela mudança do clima e variabilidade climática. A mudança do clima agravará o déficit hídrico atualmente enfrentado por certos países, ao passo que outros, que hoje não sofrem com esse problema, poderão passar a tê-lo. Por outro lado, pode

acontecer a inundação de áreas de baixa altitude, com efeitos sobre os assentamentos costeiros.

### 8 ANTÁRTIDA

O derretimento tem ampliado o número de bancos de gelo flutuantes no mar. Partes do gelo da porção ocidental estão sendo corroídas pelo aquecimento do oceano. Há também pesquisas apontando o potencial de liberação de gás metano em função do degelo.

### 9 ÁSIA

Regiões costeiras sofrerão erosão, e milhões de pessoas terão de ser removidas dos lugares onde hoje vivem. A região da Ásia, que abriga 4 bilhões de pessoas, estará entre as mais afetadas pelos impactos das mudanças climáticas, o que levará a uma migração tanto dentro dos países, como entre as nações, sobrecarregando os recursos. As inundações de 2010 no Paquistão provocaram o deslocamento temporário ou permanente de milhões de pessoas.

### 10 RÚSSIA

Em 2010, o calor extremo matou mais de 50 mil

pessoas, deixou 1 milhão de hectares de áreas queimadas e reduziu em 25% a produção agrícola.

### 11 AUSTRÁLIA

Na Austrália, o serviço de meteorologia teve de adicionar cores à escala de temperatura para indicar quando os termômetros ficam acima de nada menos que 50 graus. Roxo escuro e magenta representam temperaturas entre 51 e 54 graus, em função da forte onda de calor enfrentada pelo país no início de 2013, que piorou ainda mais os incêndios em florestas na região sudeste durante o verão. A secretária executiva das Nações Unidas para a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), Christiana Figueres, vinculou a frequência e intensidade dos incêndios na Austrália à mudança climática. O país também deve enfrentar perda significativa da biodiversidade até 2020, inclusive na Grande Barreira de Corais. Pesquisa divulgada pela Universidade de Sidney aponta que o coala australiano poderá desaparecer.

## Adaptação nas megacidades

Tanto São Paulo como Rio de Janeiro integraram o projeto Megacidades, de autoria do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que levantou as vulnerabilidades para as duas capitais brasileiras (*mais em [goo.gl/1VQSwQ](http://goo.gl/1VQSwQ)*).

Segundo Nelson Moreira Franco, gerente de Sustentabilidade da prefeitura do Rio de Janeiro, a cidade se prepara para iniciar a elaboração de seu plano de adaptação e resiliência. Ele destaca o funcionamento do Centro de Operações Rio, inaugurado em 2010, como aliado para ações emergenciais, promovendo o monitoramento da cidade. “Isso nos permite prever intempéries e acidentes climáticos com mais tempo para nos prepararmos do que há dois, três anos. Temos também um sistema de emergência, que treina periodicamente pessoas para evitar perdas de vidas humanas e danos materiais. Mais de 3 mil pessoas já foram treinadas nas encostas e morros”, afirma.

Para Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho, que foi secretário do Verde e do Meio Ambiente da cidade de São Paulo, “a mitigação das emissões de gases de efeito estufa é um trabalho orquestrado no mundo inteiro, mas a adaptação é responsabilidade do governo local, regional e federal de cada país. E a coisa mais complicada na adaptação é o caráter intersetorial das políticas públicas”.

Eduardo Jorge aponta como avanços, entre os anos de 2005 e 2012, a chamada Operação Defesa das Águas, visando preservar a região dos mananciais; a implantação de parques lineares nas várzeas dos rios, evitando ocupações e minimizando tragédias provocadas por enchentes; a ampliação do número de áreas verdes protegidas; e o trabalho de remoção de famílias de áreas de altíssimo risco a partir de levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa Tecnológica (IPT). “Entre 2011 e 2012 tivemos zero mortes por desastres naturais. E esta deve ser a meta máxima em adaptação”, completa. PÁGINA22 entrou em contato com a Prefeitura de São Paulo para conhecer o atual andamento das ações, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.

Os impactos e as formas de adaptação serão tema da segunda parte do 5º Relatório do IPCC, que deverá ser divulgada no início de 2014. Sobre adaptação às mudanças do clima, leia a edição 74 de PÁGINA22.

**1 SUDESTE DA AMAZÔNIA**

No sudeste da Amazônia, historicamente região tropical e úmida, as alterações climáticas diminuiram o volume de água dos rios, que, durante as secas de 2005, foi o mais baixo da História, deixando isoladas algumas comunidades mais afastadas em função da redução da capacidade de navegação.

**2 REGIÃO CENTRO-OESTE**

A alteração nos regimes de chuva trará mudanças importantes no setor da agricultura. Estudo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) prevê perdas de R\$ 7,4 bilhões em 2020 e R\$ 14 bilhões em 2070, comprometendo o agronegócio no País ([acesse em goo.gl/VKahln](http://acesse.em-go-gl/VKahln)). Será preciso rever a distribuição geográfica dos diferentes tipos de cultura no território brasileiro em função dessas mudanças.

**3 REGIÃO NORDESTE**

Haverá redução de oferta de terras agricultáveis e forte migração da população do campo para as cidades, já que algumas regiões ficarão muito secas.

**4 PERNAMBUCO**

Em Pernambuco, o sertão tem se aquecido até 1,2 grau por década, em média, nos últimos 50 anos, o que indica forte tendência à desertificação. Os dias estão cada vez mais quentes, e as noites, mais frias. Também tem chovido menos nas últimas cinco décadas. É o que aponta a pesquisa, em fase de conclusão, da climatologista do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) Francis Lacerda e do pesquisador Paulo Nobre, do Inpe, sobre os efeitos das mudanças climáticas no Nordeste.

**5 ÁREA COSTEIRA**

Nas cidades, em especial nas áreas costeiras, os riscos maiores são deslizamentos de encostas, enxurradas e elevação do nível do mar, ondas de calor e proliferação de insetos transmissores de doenças como dengue e malária.

**6 SÃO PAULO - capital e região metropolitana**

A cidade de São Paulo e sua região metropolitana sofrem cada vez mais com enchentes e inundações e tendem a registrar um crescimento no número de dias com fortes chuvas até o final do século. Estudos preliminares sugerem que uma elevação de temperatura de 2 a 3 graus entre 2070 e 2100 poderá aumentar significativamente os dias com chuvas intensas, com potencial para causar enchentes e inundações graves.



A frequência de dias com chuva acima de 30 mm (volume suficiente para causar transtornos) aumentou em quase 40% na década de 2000, comparando com a de 1930. O número de dias com chuva acima de 50 mm (suficiente para causar desastres naturais localizados) passou de 9 por década entre 1933-1940 para 40 por década entre 2000-2009.

**7 RIO DE JANEIRO - capital e região metropolitana**

Na cidade do Rio de Janeiro, o clima está se tornando mais úmido e quente. Os totais pluviométricos estão em elevação, e os dias com chuvas maiores ou iguais a 30 mm e 50 mm têm ocorrido com maior frequência. As ondas de calor estão mais longas. A temperatura do ar, que registrava máxima diária de 33,8 graus entre 1961 e 1990, deverá chegar a 38,6 até 2099. Um aumento estimado de 4,8 graus até o fim do século XXI. A região metropolitana do Rio de Janeiro está particularmente vulnerável à elevação do nível do mar e à ocorrência de eventos extremos. O aquecimento

global poderá redefinir a linha da costa. As praias podem perder areia, e as zonas costeiras de baixa elevação sofrerão ainda mais com inundações.

**8 SANTA CATARINA**

O Catarina, primeiro furacão no País, provocou enchentes e deslizamentos e causou mortes e perdas econômicas para a o litoral gaúcho e catarinense em dezembro de 2004, afetando dezenas de milhares de pessoas. Chuvas torrenciais tomaram a região costeira do estado de Santa Catarina quatro anos mais tarde, fazendo novas vítimas. De acordo com estudo do Inpe, há tendência de aumento de extremos de chuva na região, ao longo das últimas décadas, e de distribuição não regular no tempo e no espaço.

**9 RIO GRANDE DO SUL**

Dezenas de municípios gaúchos enfrentaram estiagem acentuada simultaneamente à ocorrência das chuvas excessivas em Santa Catarina. Esses dados, tomados em conjunto, podem caracterizar aumento de extremos climáticos associados ao aquecimento global.

# Fórum Anual das Iniciativas Empresariais do GVces

Ao longo de 2013, o GVces (Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV/EAESP) reuniu redes de empresas para refletir sobre desafios e oportunidades da sustentabilidade nos temas desenvolvimento local, economia de baixo carbono, inovação na cadeia de valor e serviços ecossistêmicos. Agora é o momento de compartilhar experiências, apresentar os resultados e olhar para o horizonte de 2014.

Venha participar do Fórum Anual das Iniciativas Empresariais do GVces, no dia 4 de dezembro, em São Paulo, onde teremos:

- lançamento das publicações do Ciclo 2013
- feira de boas práticas em inovação e gestão de resíduos
- apresentação do Ciclo 2014

**Acesse [www.fgv.br/ces](http://www.fgv.br/ces) e inscreva-se!**

**4 de dezembro de 2013, das 16h às 20h**


**Casa das Caldeiras**  
**Av. Francisco Matarazzo, 2000**  
**Barra Funda - São Paulo, SP**




# Movimento de resistência


Vinte e cinco anos após a promulgação da Constituição de 1988, não apenas os direitos indígenas carecem de efetivação. Saiba como as comunidades quilombolas e seus apoiadores têm se organizado para fazer frente aos ataques a seus direitos coletivos

POR TATIANE KLEIN IMAGENS WIKIMEDIA


**N**a primeira semana de outubro, diversas cidades brasileiras, como São Paulo e Brasília, viram tomar corpo passeatas capitaneadas por alguns dos mais de 240 povos indígenas que vivem no País. O fato quase desconhecido pela opinião pública é que a Mobilização Nacional Indígena ([mobilizaconacionalindigena.wordpress.com](http://mobilizaconacionalindigena.wordpress.com)) também foi fortalecida por outras populações tradicionais, como as **comunidades quilombolas** .

Benedito Alves da Silva, o Ditão, conhecida liderança do quilombo de Ivaoporunduva, no Vale do Ribeira, no estado de São Paulo, é um dos 300 quilombolas que lotaram mais de três ônibus para ir ao encontro dos Guarani Mbyá e Nandeva. Juntos, eles compuseram a massa de pessoas que, caminhando da Avenida Paulista ao Parque do Ibirapuera, tomaram o Monumento às Bandeiras, na capital paulista.

 Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais. Possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (Definição usada no Decreto Federal nº 6.040/2000, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais)

A mobilização foi motivada pela defesa dos direitos constitucionais de povos indígenas e **populações tradicionais** , como os quilombolas, diante de uma série de iniciativas no Congresso Nacional. Estas visam alterar os procedimentos de demarcação de terras indígenas e de reconhecimento de territórios remanescentes de quilombo, como o Projeto de Lei Complementar nº 227/2012 ([acesse em migre.me/grc6m](http://migre.me/grc6m)) e a Proposta de Emenda à Constituição nº 215/2000 ([migre.me/grc83](http://migre.me/grc83)).

Convocada pela Articulação dos Povos

 Os remanescentes de quilombo são grupos étnico-raciais de ancestralidade negra e trajetória histórica própria, relacionada com a resistência à escravidão. Eles têm assegurado, pela Constituição de 1988, o direito à propriedade definitiva sobre as terras que ocupam

Indígenas do Brasil (Apib), a Mobilização Nacional Indígena foi apoiada por inúmeras organizações da sociedade civil, incluindo a Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (Conaq).

Na região da Mata Atlântica, conta Ditão, os territórios remanescentes de quilombo e as terras indígenas enfrentam ameaças parecidas, que incluem projetos hidrelétricos e de mineração, mas o que parece o maior fator de união é a luta pela efetivação de seus direitos territoriais: “As políticas atuais não estão sendo favoráveis

a esses dois segmentos da sociedade nacional”, diz.

Mas a união de quilombolas e indígenas por essa pauta não foi exclusividade da mobilização em São Paulo: na região do Rio Trombetas, norte do Pará, os Kaxuyana e os Tunayana juntaram-se às comunidades quilombolas em um ato contra a morosidade dos processos de reconhecimento territorial e contra as iniciativas de mineração nas terras quilombolas Alto Trombetas e Jamari/Último Quilombo/Moua. No dia 2 de outubro, com o apoio de ONGs indigenistas, eles lançaram a campanha “Índios e quilombolas de Oriximiná juntos na defesa dos direitos territoriais” [1].

O coordenador nacional da Conaq, Denildo Rodrigues, o Bico, concorda que o contexto é desfavorável: “A gente sabe que quem está no olho do furacão agora são quilombolas e indígenas. Em São Paulo, a gente já vinha fazendo uma pauta conjunta. E aí essa pauta de outubro foi integrada nacionalmente”.

Publicada em 30 de setembro, a “Carta dos Quilombolas à Sociedade Brasileira” ([migre.me/go196](http://migre.me/go196)), assinada pela Conaq, quer lembrar que o País também é terra quilombola. Bico reitera: “Hoje,

[1] Acesse a campanha em [migre.me/gr6pi](http://migre.me/gr6pi). Ela pode ser apoiada em [migre.me/gr7dd](http://migre.me/gr7dd).

## O julgamento de uma ação de inconstitucionalidade gerou insegurança jurídica sobre os processos de reconhecimento das comunidades

no Brasil, temos mais de 5 mil comunidades quilombolas. Onde existiu escravatura, existiu a resistência”.

Às vésperas do Dia da Consciência Negra (20 de novembro), tanto Ditão quanto Bico avaliam que há pouco a comemorar. “Nós estamos bastante pessimistas. O que estamos fortalecendo é a nossa luta, para brigar contra esse sistema. A nossa luta tem melhorado cada vez mais”, nota Ditão, lembrando que a própria história do povo negro brasileiro, especialmente dos quilombolas, é amplamente desconhecida.

### SER QUILOMBOLA

Se hoje as principais demandas das comunidades quilombolas estão centradas no reconhecimento de seus territórios, isso não significa que as questões que as envolvem se resumam a esse tema. O próprio direito à terra, no caso quilombola, é mediado pelo critério da autoatribuição, outro dos direitos conquistados pelo movimento e reiterado pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário.

Oficialmente definidos como remanescentes de comunidades de quilombo, os herdeiros de Zumbi dos Palmares não representam “sobras” dos coletivos que foram escravizados no passado, mas grupos que, tendo em vista essa ancestralidade, querem garantir a continuidade de modos de vida culturalmente diferenciados, seja no ambiente rural, seja no urbano.

No Brasil é possível observar historicamente uma diversidade nas formas de organização dos quilombos, constituídos não apenas por descendentes de escravos fugitivos – como no caso de Palmares. Já em 1850, com a Lei de Terras, por exemplo, havia registros de terras de uso comum por comunidades negras, como “terras de santo” e “terras de preto”.

Rebeca Campos Ferreira, pesquisadora do Núcleo de Antropologia do Direito da Universidade de São Paulo (Nadir/USP), observa que existe uma contradição no fato de que, para ter acesso a determinados direitos sociais ou mesmo ao reconhecimento territorial, as comunidades tenham de receber uma certidão emitida por um ente público garantindo que são quilombolas. Para ser reconhecida, a comunidade precisa se autodeterminar, constituir uma associação e encaminhar uma ata da associação à Fundação Cultural Palmares pleiteando a certificação.

[2] Conheça os dados de comunidades certificadas por estado pela FCP em [migre.me/grcXu](http://migre.me/grcXu).

Por conta disso, apesar de a Conaq contabilizar a existência de pelo menos 5 mil comunidades, a Fundação Cultural Palmares (FCP) certificou apenas 2.278 até agosto de 2013 [2]. Assim, “quilombola” aparece como uma categoria a que tais comunidades precisam se adequar para ser reconhecidas como sujeitos de direito diante do Estado.

### O IMPASSE DAS TITULAÇÕES

Em novembro deste ano, comemoram-se dez anos da instituição da normativa que regula os procedimentos de identificação, reconhecimento, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos: o Decreto nº 4.887/2003 ([acesse em migre.me/gr9kY](http://acesseem.migre.me/gr9kY)).

Bico, da Conaq, analisa: “O Decreto 4.887 é uma vitória para nós. Mas essa conquista não basta, se não houver vontade política. O presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) tem mais de 20 processos nas mãos dele e não assina; tem de parar de deixar que interesses econômicos se sobreponham aos direitos das comunidades”.

Segundo informações disponibilizadas no site do Incra, há 1.264 processos de demarcação em aberto, dos quais, até o momento, apenas 139 chegaram ao estágio final: o título da terra. Dessa forma, 207 comunidades receberam os títulos de posse de suas terras até o momento – porque um mesmo título pode ser expedido para mais de uma comunidade.

Assim como nos conhecidos casos de terras indígenas, parece haver gargalos em todas as etapas do processo e, mesmo com a sua finalização, o reconhecimento oficial não garante que os conflitos fundiários cessem. Segundo o relatório *Conflitos no Campo Brasil 2012* ([acesse em migre.me/grdU1](http://acesseem.migre.me/grdU1)), editado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), os assassinatos de quilombolas representaram 12% do total de mortes ocasionadas por conflitos fundiários em 2012.

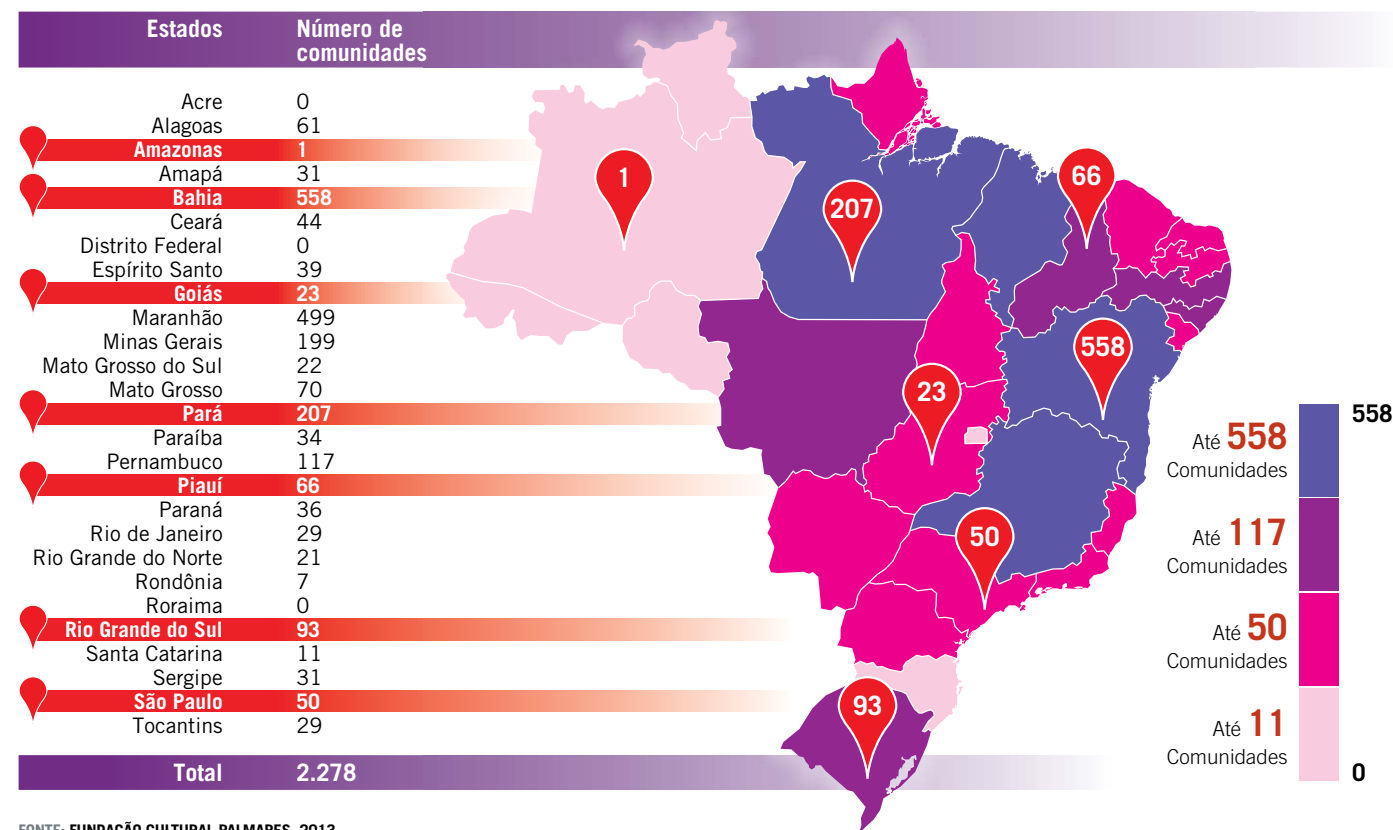
Rebeca lembra que alguns dos entraves à titulação das terras quilombolas tem origem no próprio governo federal. “Em diversas situações, órgãos do governo apresentam resistência à regularização das áreas quilombolas. Podemos citar (*o caso de*) Marambaia (RJ), onde uma disputa é travada com a Marinha; de Alcântara, no Maranhão, em que a Aeronáutica está implicada; e os processos envolvendo a sobreposição de terras quilombolas e unidades de conservação, nas quais a resistência parte dos órgãos ambientais, como o caso de Cambury, em Ubatuba, litoral norte de São Paulo, e muitas das comunidades do Vale do Ribeira, também em São Paulo”, enumera.

A pesquisadora destaca ainda a existência de diversas comunidades desterritorializadas – fora de seu território original –, como o Quilombo de Porcinhas, na cidade de Agudos (SP), em que a comunidade foi expulsa por uma ação de reintegração de posse.

De fato, as comunidades quilombolas enfrentam muitos obstáculos para efetivar o acesso pleno ao direito à terra, especialmente porque, além das titulações, as desapropriações das propriedades incidentes em terras quilombolas seguem lentamente. Segundo a pesquisadora, “embora tenham sido decretadas pelo governo federal, não há reais condições para dar eficácia a essas desapropriações”.

## Comunidades certificadas

A Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (Conaq) estima que haja mais de 5 mil comunidades quilombolas no Brasil, mas a Fundação Cultural Palmares certificou até o momento 2.278 delas, ou seja, menos da metade foi reconhecida. Desse total, apenas 207, segundo o Incra, tiveram suas terras tituladas até o momento. Veja na tabela abaixo o número de comunidades certificadas por estado da federação



FONTE: FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2013

Para piorar a situação, o decreto de 2003 é alvo de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, a Adin nº 3.239, ajuizada pelo então PFL, o hoje Democratas (DEM), no Supremo Tribunal Federal (STF), em agosto de 2004, seis meses após a publicação do decreto. O DEM contesta na Adin, entre outros pontos, o poder do Incra para desapropriar terras particulares sobrepostas a territórios quilombolas e o direito à autodeterminação das comunidades. Tendo ido a julgamento em abril de 2012, a Adin obteve até agora apenas o voto do relator, o ministro César Peluso, a favor da inconstitucionalidade.

Rebeca explica: “Há um ano e meio o julgamento encontra-se suspenso e o voto de Peluso é o que vale. Enquanto a Adin não voltar à pauta e continuarmos nessa situação de suspensão, que já dura um ano e meio, as titulações, que já caminhavam a passos lentos (ou não caminhavam), dificilmente vão deslanchar”.

Para a pesquisadora, o julgamento da Adin nº 3.239 gerou insegurança jurídica sobre os processos de reconhecimento de comunidades quilombolas. “Como não se sabe se é constitucional

ou não, visto que aguarda a retomada do julgamento pelo STF, é melhor não arriscar. Nessa espera, os conflitos e a violência se intensificam, e as comunidades padecem”, diz.

A esperança do movimento quilombola reside agora em outro julgamento, este no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF 4), no caso da Comunidade Quilombola de Invernada Paiol de Telha, do Paraná [3]. Acredita-se que uma decisão favorável à comunidade, considerando-se improcedente a arguição de inconstitucionalidade do Decreto nº 4.887/2003, poderia influenciar o julgamento da Adin nº 3.239, levando o STF a rejeitar o argumento do DEM.

No entanto, segundo Bico, da Conaq, nada está garantido: “A gente tem muito medo. A gente sabe que hoje em dia quem está nos tribunais não são as famílias de baixa renda. No caso de Paiol de Telha, foi dado o parecer favorável à comunidade quilombola e, depois, a Justiça voltou para trás”.

[3] Há uma petição pública em favor da comunidade em [migre.me/grgGM](http://migre.me/grgGM).





## DIREITOS EM SUSPENSO, SOLUÇÕES CONCRETAS

O governo tem tentado esboçar respostas a esse quadro de difícil solução. Segundo o diagnóstico apresentado pelo Programa Brasil Quilombola, em agosto de 2012, os avanços mais significativos na política de regularização fundiária ocorreram no período de 2003 a 2010 – propiciados pela criação do programa em âmbito federal em 2004, pela implantação de normativas para a desinstituição das terras e pela inclusão de dotações específicas para a regularização fundiária de áreas quilombolas no Plano Plurianual 2004-2007, entre outros.

Elaborado sob responsabilidade da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), o relatório registra: “Por se tratar de uma política relativamente nova, a qualificação das demandas tem provocado a necessidade de adaptações (legais, orçamentária, financeira e operacional), para sua melhor execução”. Ainda assim, o diagnóstico ([migre.me/g8du6](http://migre.me/g8du6)) reconhece que isso não é o suficiente para dar conta das demandas de regularização das comunidades.

Na opinião de Nilto Tatto, coordenador do Programa Vale do Ribeira do Instituto Socioambiental (ISA), diferentemente da problemática indígena – em que houve avanços na Amazônia Legal e o desafio maior atualmente localiza-se no Sudeste e Nordeste – no caso das terras quilombolas a necessidade de desapropriação demanda um grande volume de recursos para regularizar plenamente os territórios – para além de haver vontade política. “Nesse sentido, ela não é distinta da dificuldade de fazer a reforma agrária”, compara.

No caso das terras indígenas (TIs), a legislação prevê que a população não indígena seja indenizada apenas pelo valor das benfeitorias e não da terra nua. Para que um título de propriedade coletiva possa ser emitido para uma comunidade quilombola, a área precisa ser desapropriada e os ocupantes não quilombolas precisam ser indenizados. Mas Tatto reconhece que houve progresso com o Decreto nº 4.887 – especialmente para a efetivação de outros direitos, como à educação e saúde. A instituição do Programa Brasil Quilombola foi uma forma de consolidar políticas de Estado para populações

quilombolas de forma transversal, com o apoio de outros onze ministérios. Composto por quatro eixos – acesso à terra; infraestrutura e qualidade de vida; inclusão produtiva e desenvolvimento local; e direitos e cidadania –, o programa publicou seu último relatório de gestão em 2012 ([migre.me/grrt0](http://migre.me/grrt0)), registrando todas as ações levadas a cabo pelos ministérios para a resolução.

Rebeca Campos Ferreira lembra que o acesso a esses direitos é muitas vezes dificultado pela ausência de regularização territorial: “Algumas comunidades não acessam tais políticas públicas por carecer de títulos de posse e até mesmo da certidão da Fundação Cultural Palmares.” Para ela, é preciso que sejam pensadas estratégias no campo jurídico, junto ao poderes Legislativo e ao Executivo, por exemplo, para cobrar a implementação das políticas públicas específicas para que as comunidades quilombolas tenham efetiva proteção jurídica.

Para Nilce de Pontes Pereira, uma jovem liderança do quilombo de Ribeirão Grande/Terra Seca, de Barra do Turvo (SP), o direito à terra é fundamental, mas importante também seria que os quilombolas tivessem acesso às políticas do Programa Brasil Quilombola e que o valor dos créditos e financiamentos fosse desburocratizado e incrementado, para que os quilombolas investissem na terra: “Seria uma maneira de dar uma autonomia e sustentabilidade às comunidades, enquanto esperam o lento processo de regularização fundiária de seus territórios”, propõe.

Tatto avalia que dificilmente a sociedade brasileira aceitaria as restrições que estão sendo propostas aos direitos constitucionais de tais populações, mas também não enxerga soluções imediatas para tantos impasses. No Vale do Ribeira, o programa que Tatto coordena tem apoiado os quilombolas em diversas frentes, que vão da valorização cultural e apoio às associações quilombolas às negociações com órgãos ambientais, por exemplo. O programa também tem incentivado o turismo nos quilombos do Ribeira, com a criação do Circuito Quilombola. Com cerca de 80 comunidades quilombolas, a região conta com 20 quilombos certificados pela Fundação Cultural Palmares. Desses, apenas seis tiveram seus títulos expedidos pelo Incri, e mesmo assim continuam enfrentando pendências fundiárias.

O esforço do programa do ISA tem sido demonstrar que as comunidades quilombolas conservam seus ambientes, o que ocorre por meio do manejo tradicional dos recursos naturais, observa Tatto. Nesse sentido, no início de outubro, a comunidade do Quilombo do Galvão recebeu autorização para preparar suas roças tradicionais. As negociações para tanto levaram mais de seis anos para se concretizar e foram fortalecidas pela interlocução com o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) e pesquisadores da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (Each) da USP e do Instituto de Botânica, que estudam as práticas agrícolas e a agrobiodiversidade presentes nos quilombos e sua importância para a segurança alimentar dessas comunidades. [www.migre.me](http://www.migre.me)

*Este ensaio é resultado da parceria firmada entre PÁGINA22 e Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), que prevê a publicação mensal de textos sobre temas estratégicos para a construção da Plataforma Brasil Democrático e Sustentável.*

# [COLUNA]

## Dona Isadora: “Vó, a senhora fala tanto ‘Deus me livre’ que agora são os holandeses que estão se livrando de Deus” – mordeu meio biscoito de nata seu neto Juliano

POR EDUARDO SHOR\*

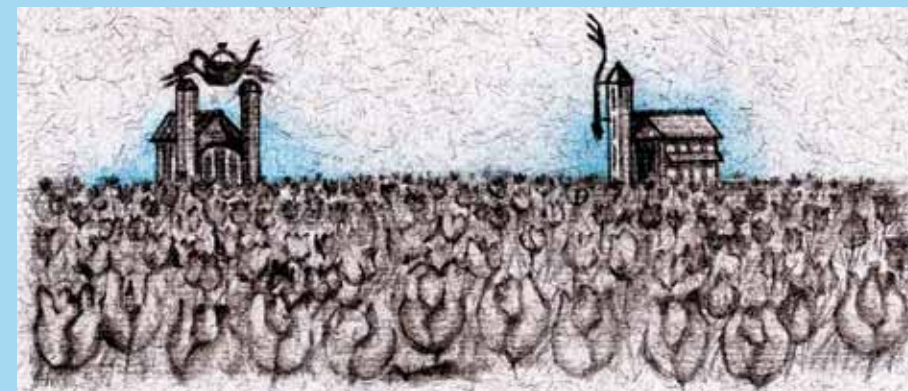
“Deus me livre, meu filho!” – benzeu-se, olhou para o céu e acariciou o siamês no colo Dona Isadora. Isso foi quando o Silvino, morador do prédio, contou que na Holanda as igrejas estão virando livrarias, restaurantes, cafés e até casa de shows. Dona Isadora, minha vizinha, faz jus ao nome. Adora tudo. Se existe Deus no meio – ou no alto, ou em toda parte, como queira –, ela não perde a chance de louvar.

Silvino acredita que o neto dela seja “breque broque”, como diz. Juliano no outro dia chegou ao apartamento de Dona Isadora, arremessou a *Veja* pela janela, lavou as mãos na cozinha e se sentou no sofá verde da avó para conversar. “Vó, o mundo inteiro se mata em nome da religião. Mas há uma salvação. Em Amsterdã, uma pesquisa mostrou que quase metade do povo é formada por ateus”.

“Deus me livre, meu filho” – tirou a bandeja de biscoitos de nata do forno, benzeu-se e serviu o garoto. “Anda, come. Agradece ao Todo-Poderoso antes, peste.” Dona Isadora é de Bom Jesus, vive há mais de 30 anos em São Paulo e mora na Rua Cônego Eugênio Leite, em Pinheiros. Confia nos astros, nas nuvens, no GPS do genro, nos raios, nas cartas de tarô, nas bolas de cristal, nas novelas, nem tanto no próximo, apesar das recomendações para amá-lo.

É capaz de falar “Deus me livre, meu filho” seguidamente durante 40 dias e 40 noites. “Vó, a senhora fala tanto ‘Deus me livre’ que agora são os holandeses que estão se livrando de Deus” – mordeu meio biscoito de nata Juliano. “Ah, vá para o diabo”, retornou à cozinha e pôs a esquentar a água do chá Dona Isadora.

Ela gosta de morar na Cônego Eugênio Leite, pois se sente protegida. Benze-se diante da igreja e da mesquita instaladas na rua, além do centro de estudos espíritas. Quando a filha conheceu o marido, minha vizinha não escondeu a alegria ao saber que o rapaz trabalhava com incorporação. Até o dia em que Ana Cristina esclareceu. “Ai, mãe, que Chico Xavier? O Otávio é engenheiro civil.” Passado o engano, Dona



Isadora consolou-se. “Pelo menos ele vai poder erguer os templos de Deus.”

Não sei naquela época, mas hoje não na Holanda, claro, porque lá isso não tem dado muito resultado. O que tem dado resultado para Ana Cristina são as aulas de Mohamed Cabala, um pensamento desses que vêm lá do oriente. Foi ela quem tocou a campanha e não resistiu a avançar sobre a mesa com os biscoitos de nata, antes até de cumprimentar Juliano.

“Mãe, você sabia que a cabala ensina que Deus tem 72 nomes? E que os muçulmanos creem que Alá tem 99 nomes?” – trouxe as informações sobre a última aula mastigando os biscoitos e procurando a garrafa d’água. “Filha, se está difícil de o Divino atender chamando por um nome só, imagina chamando por tudo isso. Vamos facilitar as coisas” – tirou a água fervente da panela e misturou às folhas de erva-cidreira, com adoçante.

Juliano recebeu no telefone celular o e-mail de um amigo que estava fazendo mochilão na Europa e leu o texto em voz alta para a avó escutar. “Em Maastricht, a pouco mais de 200 quilômetros de Amsterdã, uma igreja de cerca de 700 anos se transformou na Selexyz Dominicanen. De acordo com o jornal *The Guardian*, a mais bela livraria do mundo. Não é nenhum pecado percorrer também os 40 quilômetros que separam a capital de Utrecht, onde se encontra o Café Olivier. Estabelecido em um antigo templo, tem cervejas belgas e receitas com

o tempero de diversos países europeus. Hoje à noite vou a Paradiso, uma igreja do século XIX transformada em casa de shows que contou, certa vez, com a apresentação dos Rolling Stones.”

“Larga esse celular, Juliano, e para de falar nessas coisas que isso ainda vai fazer mal para a sua avó”, ralhou Ana Cristina, segurando o jornal aberto na página do horóscopo. Juliano não acreditava em Deus, idolatrava, porém, Mick Jagger. “Deus me livre, meu filho” – passou o chá da panela para o bule e do bule para as três xícaras Dona Isadora. Deus me livre não pelo fato de o neto desacreditar em Deus, nem pelas terríveis notícias holandesas, mas porque ela preferia mil vezes Roberto Carlos, ou o padre Marcelo Rossi.

Ao interromper o assunto a pedidos da mãe, as palavras de Juliano sobre a Holanda já tinham alcançado o mundo inteiro na forma de um *tweet*. Ao ler a mensagem, um religioso organizou um protesto no Chile; um homem atirou contra a embaixada americana na Nigéria, em nome de Deus; um cientista liderou um grupo de ateus pela liberdade na Inglaterra; mulheres mostraram os seios na Itália; jogadores de futebol pediram a paz com uma faixa no campo no México.

O chá, que àquela altura esfriava nas três xícaras sobre a mesa da sala de Dona Isadora, estava apenas começando a ferver no resto do mundo.

✦ JORNALISTA E AUTOR DO LIVRO *AMOR DO MUNDO*

## Marchas da vida moderna

Pressa, relações superficiais, famílias degeneradas... Essas reclamações soam comuns para quem lida no século XXI com as consequências negativas da agitação contemporânea. Entretanto, a impressão de que “nos velhos tempos as coisas eram melhores” não é “privilégio” nosso. Mesmo sem o aparato tecnológico de que desfrutamos agora e em um dia a dia aparentemente mais pacato que aquele vivido nos frenéticos centros urbanos, desde o século XIX revistas, artigos e livros acadêmicos americanos já registravam os incômodos com o ritmo da modernidade. Você consegue identificar em que ano os trechos abaixo foram escritos? – **POR CAROL NUNES**

1884

**A)** Conversar parece ser uma arte perdida... Papear supõe ócio, tanto para a preparação quanto para o divertimento. A era do ócio está morta, e a arte da conversação está morrendo junto. (Revista *Frank Leslie's Popular Monthly*)

1890

**B)** Na reunião familiar moderna, em silêncio ao redor da lareira, cada indivíduo enterra sua cabeça em sua revista favorita. É um resultado uma tanto natural do banimento dos colóquios das escolas... (Revista *The Journal of Education*)

1898

**C)** Infelizmente, uma das principais características dos negócios modernos é estar sempre na pressa. Nos velhos tempos era diferente. (Livro *Medical Record*)

1907

**D)** Ter tempo suficiente para as nossas refeições parece muitas vezes impossível por conta do tempo demandado pelos nossos negócios... Agimos pela crença aparente de que todo negócio é tão urgente que tenhamos de saltar dentro do carro mais rápido para casa, comer o nosso jantar correndo e fazer a ligação mais próxima para um carro de retorno... (Louis John Rettger, Livro *Studies in Advanced Physiology*)

FONTES: Site [xkcd.com](http://xkcd.com) e Google Livros

RESPOSTAS: A) 1890. B) 1907. C) 1884. D) 1898.

public.brasil

**25** anos de ensino superior

**RICARDO FENOLIO**  
Aluno de pós-graduação do Centro Universitário Senac.

# PÓS

**PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE NO SENAC.**  
CURSOS QUE ANTECIPAM AS TENDÊNCIAS DO MERCADO COM FOCO NO EMPREENDEDORISMO E VIVÊNCIA PROFISSIONAL.  
**INVISTA EM NOVAS CONQUISTAS.**

**CURSOS:**

- CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL E CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL EM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS (LANÇAMENTO)
- DIREITO E GESTÃO DO MEIO AMBIENTE
- EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SUSTENTABILIDADE (PRESENCIAL E A DISTÂNCIA)
- GEOPROCESSAMENTO
- GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (LANÇAMENTO) • GESTÃO AMBIENTAL
- GESTÃO INTEGRADA DA QUALIDADE, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO E RESPONSABILIDADE SOCIAL
- REMEDIAÇÃO DE ÁREAS CONTAMINADAS (LANÇAMENTO)

**CENTRO UNIVERSITÁRIO SENAC**  
CURSOS PRESENCIAIS NA GRANDE SÃO PAULO E INTERIOR DO ESTADO E A DISTÂNCIA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.

**MULTIPLIQUE SUAS CHANCES.**  
CONSULTE A UNIDADE MAIS PRÓXIMA:  
[www.sp.senac.br/posgraduacao](http://www.sp.senac.br/posgraduacao)  
OU LIGUE: **0800 883 2000**

CONHEÇA TAMBÉM OS 82 CURSOS EM EXTENSÃO:  
[www.sp.senac.br/extensao](http://www.sp.senac.br/extensao)

Conheça nossos parceiros educacionais nacionais e internacionais em [www.sp.senac.br/parcerias](http://www.sp.senac.br/parcerias)

Conheça nossa política de bolsas em [www.sp.senac.br/bolsasdeestudo](http://www.sp.senac.br/bolsasdeestudo). A política de descontos pode ser alterada a qualquer momento, sem prévio aviso.

O cinema aproxima  
as pessoas da cultura.  
E nessa história  
você é o protagonista

Até hoje, mais de 35 milhões  
de pessoas passaram pelas salas  
do Espaço Itaú de Cinema.

Cultura



Educação



Bike



Esporte



ITÁÚ

#issomudaomundo



Itaú



Banco Oficial da Copa do Mundo da FIFA 2014™  
e da Seleção Brasileira de Futebol

Itaú. Feito para você.

Itaú